

O futuro do Estado do Rio nas mãos dos 10 ministros do Supremo Tribunal Federal

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Entrada do RJ ao Propag alivia o caixa financeiro do governo

Programa de refinanciamento vai reduzir parcela da dívida estadual com a União

MAGNAVITA - PÁGINA 3

O caso de US\$ 338 mi de Campos Neto

O presidente do BC, Gabriel Galípolo, não compareceu à sessão da CAE do Senado, mas enviou o processo por supostas irregularidades sob gestão de Roberto Campos Neto no Santander.

TALES FARIA - PÁGINA 2

PEC do PL não altera limite de jornada

A PEC do deputado Maurício Marcon (PL-RJ) foi citada pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), como alternativa à PEC de redução da jornada para 40 semanas.

BASTIDORES (MOLICA) PÁGINA 7

DORA KRAMER

Desacerto entre aliados é obstáculo para Flávio

PÁGINA 4

FERNANDO MOLICA

Mais um deputado da Alerj preso

PÁGINA 2

Ao Correio, Romeu Zema diz que não teme o Supremo

Ana Luiza Rossi/CSF



Ex-governador de Minas Gerais e pré-candidato à presidência da República, Romeu Zema, esteve em Volta Redonda nesta terça-feira (05) para iniciar o teste de receptividade de sua pré-candidatura pelo partido Novo. Em entrevista, ele afirmou que não tem receio de ficar inelegível pelas críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e também apresentou propostas caso seja eleito nestas eleições.

PÁGINA 6

Lucas Seixas/Folhapress

#cm
2
QUARTA-FEIRA

50 anos
DJA
VA
NE
ANDO

Avesso à autocelebração, Djava se permite olhar para trás em turnê comemorativa de suas cinco décadas de carreira em turnê comemorativa que tem início nesta sexta (8) em São Paulo.

Páginas 1, 2 e 3

Rio terá lei de limite de cargos nomeados

A Câmara do Rio aprovou o Projeto de Lei, proposto pelo prefeito Eduardo Cavaliere, que limita a 5% a ocupação de cargos comissionados por profissionais que não pertencem aos quadros do município.

PÁGINA 17

Royalties do petróleo são compensação econômica

FLÁVIO WILLEMAN - PÁGINA 4

Fernando Molica

Deputado preso: mais um

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de prender o deputado fluminense Thiago Rangel (Avante) — mais um! mais um! — repete uma espécie de roteiro do processo de privatização e de espoliação do Estado.

O esquema é simples: em busca de apoio no Legislativo (neste caso, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio), um chefe do Executivo (foi o então governador Cláudio Castro, do PL) loteia a máquina pública. Pedacos da estrutura são entregues para deputados para que dela façam o que bem entenderem. Não é raro que optem por roubar.

De um modo geral, essa entrega de setores do Estado não está relacionada à aplicação de determinadas políticas públicas compatíveis com a ideologia do partido aquinhoado. O parlamentar recebe esses espaços para deles usufruir. Isso inclui a possibilidade de empregar protegidos e/ou cabos eleitorais e, se for o caso, embolsar dinheiro relacionado à contratação de obras e serviços.

Descompromissados com a defesa de determinadas políticas públicas, muitos políticos usam seus mandatos como passaportes para o enriquecimento ilícito. Acham que é deles o que pertence a todos nós.

Há ocupantes de cargos públicos e até mesmo analistas da cena institucional que enchem a boca para dizer que esse tipo de prática é uma forma clássica de “fazer política”. Há uns dias, diante das surras que o governo federal levou do Congresso, alguns chegaram a dizer que o presidente precisava “fazer política”.

A expressão acabou virando um eufemismo para

a prática da bandalheira — antigamente, pelo menos, falava-se mais em toma lá-dá cá, algo mais próximo da realidade. Governos que exercitam o tal fazer político com frequência são exaltados por sua capacidade de articulação e de convencimento; recebem elogios por ter tido boas relações com o Legislativo.

Isso, claro, até o momento em que a casa cai. Aí, todo mundo lembra das nomeações para a Caixa Econômica, para estatais, para a intocável e, de certa forma, exemplar Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a Codevasf, oito letreiras que choram pelas riquezas por ela derramadas.

Esse esquemão de operar (verbo mais dúbio e, por isso, neste caso, mais exato) a política funciona no país inteiro, está espalhado pelos diferentes níveis de governo. O que muda é o grau de comprometimento de agentes públicos com essas jogadas.

Importante ressaltar que todas essas maracutaías têm como cúmplices eleitores que, nas urnas, pouco dão importância a aspectos mais importantes e amplos desse ou daquele candidato, das propostas defendidas por seu partido. Isso, principalmente no caso de escolha de representantes no Poder Legislativo.

E aí, tome de vereadores e deputados eleitos com base em promessas vagas e imprecisas ligadas a discursos genéricos relacionados a objetivos de difícil avaliação — costumam falar em Deus, em religião, em família, questões que não têm a ver com políticas públicas. É importante que a polícia e a Justiça prendam quem surrupia dinheiro que é de todos, mas o eleitor bem que poderia ajudar um pouco.

Tales Faria

Galípolo envia à CAE caso de US\$ 338 milhões contra Campos Neto

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, não compareceu à sessão desta terça-feira, 5, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para a qual havia sido convidado. Segundo a CAE, Galípolo argumentou, para sua ausência, que está doente, mas ele enviou um documento que havia prometido na sessão de novembro, quando depôs na Comissão.

Trata-se do “Termo de compromisso”, assinado pelo ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto em 2 junho de 2025, pelo qual, mediante o pagamento de uma multa de R\$ 300 mil, ele se livrou de todas as acusações de ter participado, quando diretor do Banco Santander, de supostas práticas de ilegalidade em operações cambiais investigadas em um “processo administrativo sancionador” de número 173611. Em 10 de julho o Banco Central afirmou ter recebido o tal pagamento de Campos Neto e declarou “extinta a punibilidade”.

A coluna teve acesso ao “Termo de compromisso” e ao processo sancionador que apontou, nas suas “descrições das ocorrências”, supostas irregularidades nos documentos “de qualificação de 51 pessoas jurídicas” que contrataram US\$ 255 milhões em operações de câmbio no Banco Santander. O processo também apontou que “o Santander deixou de verificar a legalidade de um conjunto de operações de câmbio, no montante de US\$ 83 milhões”. Total: US\$ 338 milhões.

Mas o Banco Central lembra que o Termo de Compromisso “não importa confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento da ilicitude da conduta analisada nos autos” e declara “a extin-

ção da punibilidade e arquivamentos do processo, em relação a Roberto Campos Neto”. O Comitê de Decisão do Processo Administrativo Sancionador (Copas) era presidido pelo diretor do Banco Central Ailton de Aquino Santos, que foi quem assinou o arquivamento do processo.

Galípolo levou mais de cinco meses para enviar à CAE o tal “Termo de compromisso” que já estava há tempos nos arquivos do Banco Central. Seu não comparecimento ontem na comissão irritou os senadores num momento em que há um completo mal-estar, digamos assim, na relação entre o Senado e o governo por causa da derrubada da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde a derrubada de indicação, clima entre o Senado e o governo é de desconfiança generalizada. Parte do governo e do PT avalia que o caso Master está por trás das dificuldades com o Congresso. Não haveria interesse do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), e da cúpula do centrão de investigar as irregularidades cometidas pelo dono do banco, Daniel Vercaro, e por isso os senadores resolveram derrotar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pressionando-o contra a parede.

Mas, segundo avaliação do Palácio do Planalto, o comparecimento de Galípolo na CAE do Senado, neste momento, serviria apenas para colocar um membro do governo na berlinda, alimentando UM noticiário noticiário negativo. O presidente do Banco Central, por sua vez, compartilha da opinião do Palácio e acha que acabaria figurando como bode expiatório num momento de crise.

EDITORIAL

Medidas de curto prazo ao preço da gasolina

O preço dos combustíveis no Brasil voltou ao centro do debate público, pressionando famílias, encarecendo o transporte e impactando toda a cadeia produtiva. Diante desse cenário, o Governo Federal tem buscado alternativas para conter a escalada da gasolina, entre elas a elevação da mistura obrigatória de etanol anidro de 30% para 32%. A medida, à primeira vista técnica, carrega implicações econômicas, ambientais e sociais que merecem análise cuidadosa.

Sob o argumento de que o etanol é, em geral, mais barato que a gasolina pura, o aumento da mistura pode, de fato, gerar algum alívio no preço final ao consumidor. Trata-se de uma estratégia que aproveita a vocação brasileira para a produção de biocombustíveis, reduzindo a dependência de derivados de petróleo e amortecendo oscilações do mercado internacional. Além disso, há ganhos ambientais, já que o etanol emite menos gases de efeito estufa, alinhando a política energética a compromissos climáticos.

Entretanto, a eficácia da medida como solução estrutural é limitada. O impacto no preço final tende a ser marginal e condicionado a fatores que fogem ao controle do governo, como o valor do açúcar no mercado global, que influencia diretamente a

produção de etanol, e as variações cambiais. Em momentos de alta demanda ou de quebra de safra, o etanol pode, inclusive, encarecer, anulando o efeito pretendido.

Outro ponto crítico é que a política não ataca o cerne do problema: a volatilidade dos preços internacionais do petróleo e a política de precificação adotada no país. Sem uma estratégia mais ampla, que inclua revisão tributária, investimentos em refino e maior previsibilidade regulatória, medidas pontuais tendem a funcionar apenas como paliativos.

Há também o risco de que a mudança seja percebida mais como gesto político do que como solução concreta. Em um ambiente de inflação persistente, a população espera resultados tangíveis, e não apenas ajustes técnicos de efeito incerto.

Assim, embora o aumento da mistura de etanol represente um passo coerente dentro de uma política de transição energética e possa trazer benefícios pontuais, ele está longe de resolver o problema do alto custo da gasolina. O desafio exige uma abordagem mais abrangente, que combine responsabilidade fiscal, planejamento de longo prazo e sensibilidade social. Sem isso, iniciativas como essa continuarão sendo vistas como insuficientes diante da dimensão do problema.

Opinião do leitor

Senna eterno

Ayrton Senna morreu aos 34 anos, fazendo o que gostava, e no lugar que a história lhe reservou por direito à liderança. Ayrton Senna, o maior de todos os tempos. Que o nosso Ayrton Senna grande água e eterno ídolo brilhe eternamente em nossos corações. Onde você estiver Senna, receba sempre nosso amor, carinho e gratidão eternos!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

PINGA-FOGO

■ O FUTURO DO ESTADO DO RIO NAS MÃOS DOS 10 MINISTROS DO STF - Esta quarta e quinta, com o julgamento dos royalties do Petróleo no STF, será um raro momento de trégua nas rivalidade políticas eleitorais e sobre a sucessão constitucional no governo estadual. Todas forças e correntes do estado devem estar unidas pelo momento decisivo que pode restabelecer a normalidade financeira do Rio. O exemplo dado pela Firjan, Associação Comercial e Fecomércio, de união, deve ser seguido. Quem acompanhou a preparação dos procuradores do estado para sustentação oral na tribuna do STF está com a sensação de que ela será histórica. O julgamento, que será transmitido pela TV Justiça a partir das 14 horas (sempre com um atraso de 20 minutos), será acompanhado com o mesmo entusiasmo de uma final de Copa do Mundo. O Procurador-Geral do Estado, Bruno Dubeux, um dos mais brilhantes advogados da sua geração, sabe que estará enfrentando o julgamento mais importante para o futuro do Rio. São 13 anos esperando a decretação da inconstitucionalidade de uma lei corsária, que tentou dilapidar os cofres do estado. Bom tribuno, Dubeux estará, além dos argumentos jurídicos impecáveis, falando com o coração. Pela importância do julgamento, ele deverá ocupar toda a pauta do Supremo Tribunal Federal com chances de ter continuidade no dia seguinte. Como se diz no latim clássico: “alea iacta est”, os dados estão lançados!

■ COUTO E WILLEMEN CORRIGEM INJUSTIÇA DO GSI EM DEMISSÃO DA MÃE DE AUTISTA SEVERO - O governo do estado do Rio enviou à coluna uma nota oficial sobre a mãe de um autista severo que foi demitida sem maiores explicações, apesar de ser uma servidora exemplar. Diz a nota: “A Secretaria de Estado da Casa Civil informa que a exoneração mencionada faz parte de um ajuste administrativo. No caso, a servidora foi desligada da pasta para ser realocada na Representação do Estado em Brasília, onde, de fato, já vinha comparecendo no dia a dia. A medida formaliza essa situação. A partir desta quarta-feira (6), ela passa a atuar no cargo de Assistente II – DAI-6 na Representação do Estado em Brasília, com nomeação retroativa a 1º de maio.”

■ O desembargador Ricardo Couto e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Flávio Willemann, ordenaram a correção do ato, após o alerta da coluna. Foi um ato de justiça que reflete a vontade de acertar e coibir os abusos que estão sendo cometidos em nome da chefia do executivo estadual.

■ CASO DE NEPOTISMO NO ISP ESTÁ SENDO APURADO - A área de comunicação do Governo do Estado passou a ser novamente valorizada, com o objetivo de trazer a transparência que a gestão interina, não legítima pelas urnas, precisa ter para cada ato.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Alexandre Macieira | Riotur



Na prática, a adesão autorizada pelo presidente Lula gera potencial de melhoria de fluxo de caixa de aproximadamente R\$ 1 bilhão mensal para o Estado

Lula autoriza adesão do Rio ao Propag

O presidente Lula autorizou oficialmente nesta terça-feira (5), que o Estado do Rio de Janeiro encerre sua participação no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal (Propag).

Com a autorização, o Estado do Rio de Janeiro passará a ter uma redução expressiva no valor da prestação mensal da dívida. Atualmente, o Rio realiza pagamentos médios de aproximadamente R\$ 490 milhões mensais, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Com a adesão ao Propag, esse valor cairá para cerca de R\$ 113 milhões por mês, com crescimento gradual ao longo de cinco anos.

Tutuca assume presidência da Comissão de Orçamento da Alerj

O deputado estadual Gustavo Tutuca assumiu, nesta terça-feira (5), a presidência da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em um momento considerado estratégico para o futuro fiscal fluminense.

A escolha foi aprovada pela maioria dos parlamentares membros da comissão, que conta com Carlos Macedo, Jair Bittencourt, Anderson Moraes, Zeidan e Bruno Dauaire; o deputado Luiz Paulo optou pela abstenção do voto. A ses-



são contou ainda com a presença de Célia Jordão e Rodrigo Amorim, que são suplentes.

Ao tomar posse, Tutuca destacou a complexidade do cenário

CM

Ao final do encontro, anunciou a manutenção do cronograma de tramitação da LDO, com audiência pública no dia 12

tanto do ponto de vista fiscal quanto institucional. O Estado já projeta um déficit de quase R\$ 13 bilhões, e precisamos ter serenidade, responsabilidade e espírito público para conduzir esse processo”, afirmou. Tutuca também ressaltou o impacto de fatores externos, como a oscilação do preço do petróleo no mercado internacional por conta da guerra no Oriente Médio, que afeta diretamente a arrecadação do estado. Nesse contexto, o parlamentar chamou atenção para a insegurança em torno da redistribuição dos royalties do petróleo.

■ Sobre a notícia que marido e esposa foram nomeados para cargos diretivos e subordinados no ISP, o estado informou: “O caso está sendo devidamente analisado pela área jurídica do Instituto de Segurança Pública (ISP)”. Fontes da coluna sinalizam que a exoneração de um dos cônjuges deverá ser publicada no Diário Oficial em breve ou a nomeação tornada sem efeito. Apuramos que o casal já trabalhava junto para uma ONG financiada pela Prefeitura do Rio.

■ CRIAÇÃO DA AIR GSI GEROU CUSTOS PARA O ESTADO DO RIO - Sobre a nota publicada em relação à criação de uma Subsecretaria para gerir a frota de helicópteros do Governo, também foi enviada uma explicação: “O GSI-RJ esclarece que o que ocorreu não foi a criação de uma nova subsecretaria de aviação, mas sim uma mudança de designação prevista no Decreto nº 50.280. A Diretoria-Geral de Operações Aéreas (DGOA) passou a ser denominada Subsecretaria de Operações Aéreas (SSOA). A medida atende à necessidade de adequação da unidade à estrutura administrativa vigente, não representando a criação de um novo órgão. O GSI-RJ reforça que não há impacto orçamentário

decorrente dessa mudança, em linha com o próprio decreto.” A coluna reafirma que foi exonerado o diretor que tinha a dupla função de piloto do governador e gestor do departamento, além do comandante Franco, formado em cursos no exterior pagos pelo estado. Foi nomeado um delegado de Polícia, que além do salário da Civil, receberá o subsídio de Subsecretário e carro de representação.

■ O GSI - GERADOR SISTEMÁTICO DE INTRIGAS NOMEADO POR RICARDO COUTO - Enquanto os procuradores do estado do Rio estão atuando dentro das quatro linhas da constituição e da gestão pública, foi identificado que o GSI nomeado pelo desembargador Ricardo Couto de Castro ganhou um significado informal nos bastidores do governo. Passou a ser um verdadeiro GSI - Gerador Sistemático de Intrigas.

■ O Correio da Manhã até defendeu o direito do chefe do Executivo ter feito a sua primeira nomeação com a troca do GSI. Ele foi buscar um ex-aluno da UERJ, delegado de Polícia que atuava na Prefeitura do Rio como Corregedor da Guarda Municipal. Sempre atuou na área de inteligência e é especialista em elaborar dos-

siês de inteligência. O maior erro foi ter dado o poder de “santo inquisitor” ao moço, que saiu dos bastidores para atuar também na Secretaria de Governo, exatamente uma pasta que precisava de habilidade política na sua faxina. Nem no início do governo de Wilson Witzel a truculência foi tão grande.

■ Por ironia, quem viveu a chegada da tropa de elite de Witzel foi o procurador Sérgio Pimentel, que ocupava a chefia da Casa Civil do Governador interino Francisco Dornelles depois da prisão de Pezão. Apesar da desconfiança geral, a turma do ex-juiz eleito governador foi recebida com total transparência e descobriu que o patinho feio não era um covil de bandidos como pensavam.

■ Quem quiser saber mais sobre o Gerador Sistemático de Intrigas é só perguntar na Polícia Civil e pedir o currículo do moço para descobrir a legião de admiradores que possui no seu órgão de origem.

■ Será que na UERJ não tem um professor especialista capaz de organizar a Secretaria de Governo? O maior erro foi dar muito poder a quem não tem habilidade de exercê-lo. Neste caso, o desgaste sempre vai recair para quem lhe deu carta branca para agir.

■ O caso é tão sério que um dos mais importantes ajustes do executivo estadual, que foi a passagem do Segurança Presente direto da Segov para a Polícia Militar, não teve um pitstop diplomático na Casa Civil. Aliás, quem são os procuradores lotados na Segov e no GSI?

■ AVISO AOS MILICIANOS DIGITAIS - Um dos maiores especialistas em rede sociais do Brasil resolveu fazer um trabalho pro bono para o Correio da Manhã e identificou uma série de perfis fakes sendo usado em comentários de contraponto nas postagens que viralizam nas redes sociais do Jornal. São os mesmos que atuam de forma elogiosa para redes sociais ligadas aos temas elogiosos do PSD.

■ Já foram identificados 38 perfis falsos, que, de forma repetitiva, postam em ciclos, a mesma mensagem de contra informação, sempre em sintonia com as manifestações de pré-candidatos.

■ Uma reportagem está sendo preparada sobre o tema revelando os perfis fakes. Além da publicação da matéria, o resultado da pesquisa será entregue ao TRE-RJ para apuração

Dora Kramer*

Desacerto entre aliados é obstáculo para Flávio Bolsonaro

A campanha de Flávio Bolsonaro (PL) ecoa o velho provérbio que usa a figura da “bela viola” para falar do contraste entre imagens externas e realidades internas.

Nas pesquisas de opinião, o senador faz bonito. Aparece vigoroso, com traços de vencedor. Em casa, o ambiente é de completo desalinho. Os irmãos brigam com os companheiros de campo ideológico - ainda distante da condição de aliados-, a mulher do pai preserva distanciamento para lá de crítico e parte dos correligionários ainda prefere a condição de espectadores não engajados.

A nação evangélica colocou-se no modo de espera e os concorrentes à direita ensaiam as primeiras críticas, sinalizando mais interesse em disputar vaga no segundo turno do que em atuar como linhas auxiliares.

Para complicar, o pretendente a candidato se debate entre a essência radical que fideliza a tribo de origem e a necessidade de se mostrar um moderado desde remotos ancestrais.

O filho do Jair encontra-se acochado. De um lado, pelo receio da família de que perca terreno para outros oponentes da direita;

e, de outro, por exigências de que apresente credenciais substantivas para o exercício da Presidência da República.

Difícil, porque lá no início Flávio Bolsonaro havia dito que sua candidatura não era para valer, buscava apenas uma negociação em torno da anistia para o ex-presidente. Agora quer fazer valer o dito pelo não dito, mas encontra obstáculos na vida real. Ele mesmo tratou de desmentir o pouco que se soube sobre sua agenda na economia.

As coisas que não são de verdade podem

acabar se revelando como farsa. O cenário de arranca-rabos internos levanta a seguinte indagação: uma vez Flávio Bolsonaro posto no Palácio, quem comandaria o Planalto? Os irmãos desatinados, o pai prisioneiro como conselheiro oculto ou o eleito por obra do acaso?

A pertinência da incerteza autoriza a projeção do risco de o Brasil eleger um presidente de governo em que todo mundo grita, ninguém se entende e o país que se vire como um navio à deriva.

***Jornalista e comentarista de política**

Flávio Willeman*

Royalties do Petróleo: a irracionalidade de distribuir sem assumir riscos

“O petróleo é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a soberania.” A frase de Monteiro Lobato, escrita em 1936, continua desconfortavelmente atual. Não apenas como diagnóstico histórico, mas como advertência — especialmente quando a discussão sobre a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo volta à pauta do Supremo Tribunal Federal.

Em 2012, quando o Congresso aprovou a nova lei de redistribuição dos royalties, o país vivia um momento de euforia. O pré-sal havia sido descoberto poucos anos antes, os preços internacionais estavam elevados e consolidava-se a percepção de que o Brasil havia ingressado, de forma definitiva, no seletivo grupo das grandes potências energéticas. A premissa implícita era simples: haveria riqueza suficiente para todos. Redistribuir seria, portanto, apenas uma questão de justiça federativa.

Essa visão, no entanto, partia de três equívocos.

O primeiro era supor que o pré-sal representava uma riqueza automática, quase garantida. Ignorava-se o fato de que a exploração em águas ultraprofundas exige volumes gigantescos de capital, tecnologia sofisticada e gestão de risco em escala global. O petróleo não é uma renda passiva — é uma atividade econômica intensiva, sujeita a incertezas e ciclos.

O segundo equívoco estava no desenho institucional. O Brasil optou por um modelo de partilha que concentrava poderes na União, atribuía à Petrobras o papel obrigatório de operadora, e criava estruturas estatais para gerir a produção. A aposta era clara: o Estado seria capaz de maximizar a captura da renda do petróleo.

A realidade se impôs poucos anos depois. A

combinação de crise fiscal, escândalos de governança e queda no preço do petróleo expôs as fragilidades do modelo. Em 2016, o Congresso foi chamado a corrigir o rumo: a obrigatoriedade da Petrobras como operadora foi mitigada, abrindo espaço para maior participação do capital privado. Em outras palavras, o modelo original de partilha não se sustentava como concebido. Precisou ser flexibilizado para funcionar e, sobretudo, alocar os riscos de uma atividade econômica cercada de incertezas.

O terceiro equívoco — talvez o mais persistente — foi tratar os royalties como uma espécie de renda neutra, passível de redistribuição ampla, independentemente da localização da produção. Estados e municípios produtores passaram a ser vistos como beneficiários de uma riqueza “excessiva”, como se os recursos recebidos não estivessem vinculados a riscos específicos, impactos territoriais e custos estruturais.

Quatorze anos depois, o cenário é outro. O pré-sal amadureceu. A produção cresceu, a participação de empresas privadas aumentou e o Brasil consolidou uma posição relevante no mercado internacional. Mas essa maturidade trouxe também maior clareza sobre a natureza da atividade: trata-se de um setor altamente capitalizado, dependente de estabilidade regulatória e sensível a variações de preço e risco geopolítico.

Ao mesmo tempo, uma nova fronteira se impõe: a Margem Equatorial. Trata-se de uma região promissora, mas cercada de incertezas ambientais, regulatórias e reputacionais. O risco exploratório local é elevado, não só do ponto de vista ambiental, mas de falta de infraestrutura que suporte o fluxo

migratório de recursos e de pessoas que o desenvolvimento da indústria irá impor. Mais uma vez, o risco está concentrado territorialmente.

É nesse contexto econômico, de alocação de riscos, que a discussão sobre royalties precisa ser enfrentada. Pulverizar recursos e concentrar riscos é um contrassenso, que reflete um discurso distributivo vazio.

Royalties não são um prêmio geográfico. Não são uma transferência arbitrária de riqueza. São, por definição, uma compensação econômica. Compensação por riscos assumidos, por externalidades geradas, por investimentos realizados e por impactos locais — ambientais, urbanos e sociais — que não se distribuem de forma homogênea pelo território nacional.

Acima de tudo, dentro da realidade de um recurso finito, são uma ponte para o futuro — uma forma de se buscar novas vocações econômicas que possam assegurar a sustentabilidade financeira da região impactada diretamente pela sua exploração e produção.

A tentativa de dissociar receita e risco produz distorções evidentes. Ela fragiliza os entes federativos que efetivamente sustentam a cadeia produtiva, reduz incentivos à cooperação institucional e compromete a previsibilidade regulatória — elemento essencial em um setor de longo prazo como o de petróleo e gás.

Essa tensão se manifesta de forma particularmente aguda no caso do Rio de Janeiro e de seus municípios produtores. A hipótese de uma distribuição plena e indistinta dos royalties revela, com maior nitidez, as distorções do modelo: são entes que concentram não apenas a produção, mas tam-

bém os riscos ambientais, os custos de infraestrutura, as pressões urbanas e as externalidades sociais associadas à indústria petrolífera.

A redistribuição ampla tende a fragilizar essas regiões justamente quando mais necessitam de capacidade fiscal para responder a tais desafios. Ainda que se sustente, em plano abstrato, um potencial ganho agregado para o país — argumento, aliás, discursivo e de difícil comprovação empírica —, o efeito concreto é a transferência de recursos de áreas diretamente impactadas para entes que não participam da mesma estrutura de risco, comprometendo a racionalidade econômica e a coerência federativa do sistema.

O Brasil já aprendeu, a um custo elevado, que modelos excessivamente centralizados e baseados em premissas otimistas não resistem à realidade. Corrigiu o modelo de exploração, flexibilizando a partilha e abrindo espaço para maior eficiência econômica. Falta, agora, ajustar a lógica da distribuição.

Revisitar a discussão dos royalties sem levar em conta a experiência acumulada do pré-sal e os desafios da nova fronteira exploratória é repetir o erro de 2012 — desta vez sem o alibi da incerteza.

Lobato escreveu que “não ter petróleo é ser escravo”. Em um país federativo, pode-se acrescentar: desorganizar os incentivos econômicos em torno do petróleo é comprometer a própria capacidade de transformar riqueza natural em desenvolvimento sustentável. A lição está dada.

***Procurador do Estado e Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro.**

Artigo publicado originalmente no site Migalhas

Tainá de Paula*

O royalties são nossos: o petróleo e a transição energética

A história do Rio de Janeiro é indissociável da sua geografia. Mas, nas últimas décadas, tornamo-nos perigosamente dependentes das nossas profundezas marítimas. O debate sobre a redistribuição dos royalties do petróleo, que tramita no Supremo Tribunal Federal, não é apenas uma disputa contábil entre estados. Para nós, fluminenses, é o momento de fazer a discussão sobre como utilizaremos o último suspiro de uma matriz em declínio para financiar a nossa liberdade.

Precisamos ser nítidos: o Rio de Janeiro pode perder bilhões de reais com uma única canetada. Se a regra de partilha mudar bruscamente, o nosso estado — que responde por mais de 80% da produção nacional — sofrerá um rombo de R\$8 bilhões por ano para o estado e outros R\$13 bilhões para os municípios fluminenses. Isso significaria o colapso anunciado de municípios como Macaé e Campos, onde os royalties mantêm escolas e hospitais. No entanto, nossa defesa não pode ser apenas pelo status quo. O Rio padece da “doença holandesa”: uma abundância de recursos que atrofia outros setores e vicia a gestão pública. Defender os royalties hoje exige, obrigatoriamente, pensar além, discutir a superação dessa dependência.

O mundo vive hoje uma encruzilhada geopolítica. Olhamos para o mapa global e vemos que o controle das fontes de energia ainda é o motor de guerras, crises de soberania e desigualdades abissais. Ao mesmo tempo em que a guerra entre EUA e Irã fizeram o preço do petróleo disparar no mercado internacional, aconteceu na Colômbia, entre 24 e 29 de abril, a Primeira Conferência sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis. A China, fugindo da dependência energética de uma commodity de preço internacional tão volátil, vem investindo fortemente no uso de energia elétrica, em especial aquela produzida por meios sustentáveis, como energia solar, produzida em gigantescas fazendas solares (a maior em operação fica em Urumqi, Xinjiang, possui 13.300 hectares e pode gerar mais de seis milhões de quilowatts).

O petróleo, que hoje financia o orçamento, é o mesmo que nos acorrenta a um modelo econômico instável e ambientalmente insustentável. Nossa verdadeira luta não é apenas para manter o recurso no caixa, mas para que esse dinheiro seja o combustível da nossa emancipação. O Rio não quer apenas manter aqui os royalties; o Rio quer liderar a inteligência da transição, transformando

o lucro fóssil em soberania renovável.

Como arquiteta e urbanista, vejo uma contradição insuportável. O estado que move o Brasil é o mesmo onde famílias vivem sob o risco constante de desastres climáticos. O royalty deve ser entendido como uma indenização pelo dano potencial, mas, acima de tudo, como o capital que vai viabilizar uma mudança de era. Por isso, proponho uma nova governança através de uma Lei de Responsabilidade Territorial, carimbando esses recursos para eixos que garantam nossa sobrevivência: Urbanização e Adaptação Climática; Saneamento e, fundamentalmente, Transição Energética e Inovação.

O mundo muda rápido e a nossa autonomia depende de transformarmos a riqueza do oceano na base da transição energética. Queremos o que nos cabe por direito para que o Rio de Janeiro seja o centro global desse debate. O destino da exploração de petróleo deve ser, obrigatoriamente, financiar o caminho para o seu próprio fim.

Segundo a Agência Internacional de Energia, a demanda global por carvão, petróleo e gás natural precisa diminuir em aproximadamente 90%, 75% e 55%, respectivamente, até 2050, atingindo o pico e entrando em declínio estrutural antes de

2030, para que se alcance emissões líquidas zero até meados do século. A Agência ainda aponta que as energias renováveis representariam quase 90% da geração global de eletricidade até 2050. No setor de transportes — que, como temos visto, tem sido imensamente afetado pela guerra entre EUA e Irã, em especial quando olhamos para o preço do diesel — a mudança de combustíveis significa acelerar infraestrutura de recarga e uso de veículos elétricos, com a projeção de que os veículos elétricos ultrapassem 60% das vendas globais de automóveis até 2030 e cheguem a cerca de 90% até 2050. O estado do Rio tem o dever e a oportunidade de estar à frente desses processos, sem que, no entanto, fique com o ônus do risco enquanto o petróleo ainda está no centro da geração de energia para transporte.

Os royalties devem ficar onde o risco reside, para que tenhamos os meios de construir uma economia que não dependa mais deles. Que o petróleo do Rio seja o último grande subsídio da história para a construção de um futuro limpo, justo e, finalmente, livre.

***Vereadora e secretária de Meio Ambiente e Clima do Rio de Janeiro entre 2023-26**

Ricardo Stuckert/PR

CORREIO POLÍTICO

Tomaz Silva/Agência Brasil



Grass ainda guarda vice para o PSB

Grass: união no DF seria importante para Lula

O ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Leandro Grass lança sua pré-candidatura ao governo do Distrito Federal no dia 19 de abril. Junto, serão lançadas as candidaturas da deputada Erika Kokay (PT) ao Senado e da senadora Leila Barros (PDT), que tentará a reeleição. Grass reserva o posto de vice-governador para o PSB. Para o ex-interventor na Segurança Pública do DF Ricardo Capelli ou para algum outro nome que o partido indique. O PSB, porém, resiste. Capelli também é candidato ao governo do DF e, por enquanto, não demonstra intenção de desistir. Grass conversa com o PSB, assim como com outros partidos, mas evitando uma pressão excessiva.

Situação pode atrapalhar a ambos

Mas, junto à equipe de Grass, há a convicção de que a insistência nas duas candidaturas pode acabar atrapalhando ambos os projetos. Um histórico das eleições no Distrito Federal mostraria que as derrotas do grupo da esquerda na capital federal aconteceram justamente quando o grupo não se uniu. Essa falta de unidade estaria na explicação do fato de a esquerda ter governado o DF três vezes e ter perdido a hegemonia para a direita.

Martha Imenes/Correio da Manhã



Ricardo Capelli também é candidato pelo PSB

PSB teve candidato até agosto

Em 2022, o PSB teve um candidato próprio ao GDF até agosto. Somente aí é que acabou aderindo à candidatura de Leandro Grass que, ao final, perdeu as eleições para Ibaneis Rocha (MDB), que se reelegeu governador. Há uma avaliação de que o atraso no posicionamento do PSB acabou enfraquecendo a aliança. E mesmo o desempenho do próprio PSB. O ex-governador Rodrigo Rollemberg, por exemplo, só conseguiu se tornar deputado federal quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mudou a interpretação sobre as “sobras eleitorais”.

Em 2018, Rollemberg apoiou Ciro

Em 2018, então governador, Rodrigo Rollemberg apoiou a candidatura de Ciro Gomes, do PDT, contra o candidato do PT, que foi Fernando Haddad, derrotado por Jair Bolsonaro, que se elegeu presidente. Rollemberg tentou a reeleição como governador e perdeu para Ibaneis Rocha. O PT teve como candidato a governador Júlio Miragaya, que teve somente 4% dos votos.

POR
RUDOLFO LAGO

Embolou

No DF, a única pesquisa para governador feita este ano é do Instituto Veritá, em março. Ela mostra que a crise do Banco Master/BRB embolou a corrida eleitoral, com um empate quádruplo, entre José Roberto Arruda (PSD), a governadora Celina Leão (PP), o senador Izalci Lucas (PL) e Grass.

Celina

Nessa pesquisa, Arruda tem 24%. Celina, 22%. Izalci, 21,5%. E Grass, 21,4%. Capelli, somente 4,7%. As pesquisas internas, mais recentes, feitas pelo PT também mostram esse cenário embolado. Mas apontam para uma vantagem maior de Celina, não de Arruda, como apontou esse levantamento de março.

Pandora

Na sua pesquisa interna, o PT perguntou aos entrevistados se eles tinham conhecimento da Operação Caixa de Pandora, aquela que condenou Arruda e o tornou inelegível. Diante da resposta positiva, 36% disseram que não votariam em Arruda pelo seu envolvimento nesse caso. E associam isso ao caso Master.

Elegível

Arruda ainda não tem segurança absoluta de que está elegível. Entende que a mudança que houve na Lei da Ficha Limpa muda o tempo de inelegibilidade e o beneficia. Essa questão, porém, ainda está na Justiça. Se o entendimento prevalecer, Arruda ainda estaria inelegível até 2032. Pode acabar concorrendo sub judice.

Chance

Toda essa confusa situação no DF depois da eclosão da crise Master/BRB deu uma possível chance à esquerda que antes não parecia ter a menor chance de acontecer. Tanto que a mesma pesquisa Veritá aponta para a chance de Erika Kokay conseguir uma vaga para o Senado atrás de Michelle Bolsonaro.

Oportunidade

Assim, a avaliação do PT é que uma união de forças agora seria importante, especialmente para Lula, que teria um palanque consolidado no DF, fortalecendo-se. E para os partidos aliados a ele que, diante do quadro de confusão que o caso Master/BRB, teriam agora uma janela de oportunidade.



Lula quer Pacheco, mas situação ficou mais difícil

Após Messias, Pacheco não deve sair em Minas Gerais

Alternativa governista pode ser ex-prefeito de BH Alexandre Kalil

O presidente do PT, Edinho Silva, disse a correligionários nesta terça-feira (5) que o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) não deve concorrer ao governo de Minas Gerais. Ele era o nome favorito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para encabeçar uma chapa na eleição estadual e apoiá-lo na disputa por um novo mandato à frente do Palácio do Planalto.

Edinho falou sobre o assunto com correligionários em reunião do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) do PT. O órgão partidário se reúne semanalmente para discutir as alianças para a disputa deste ano.

Pacheco em momento algum fez um movimento decisivo para se candidatar, o que já vinha incomodando petistas. Além disso, setores do PT avaliam que ele ajudou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na articulação que levou à rejeição do indicado de Lula para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), Jorge Messias.

O presidente da República, porém, havia indicado a aliados que ainda queria insistir na aliança. Edinho ainda deve tentar conversar com o senador sobre o assunto.

A cúpula do PT também decidiu procurar o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PDT) para discutir uma aliança com Lula em Minas Gerais. Kalil é pré-candidato ao governo do

estado, e o PDT busca apoio petista para a eleição mineira.

A aliança em Minas Gerais é um dos principais problemas da candidatura de reeleição de Lula. O estado é o segundo com mais eleitores no país. O petista precisa de aliados fortes no local para dar volume à sua campanha.

A montagem de um palanque para Lula em Minas Gerais foi um dos assuntos do jantar que o PT promoveu em Brasília nesta segunda-feira (4) para arrecadar fundos. O presidente da República não participou do evento.

Quando as suspeitas sobre a lealdade de Pacheco foram levadas a Lula, em reunião no Palácio da Alvorada após a derrota de Messias, o petista respondeu que ele continua sendo o candidato do grupo e que a votação no Senado não tinha relação com a campanha eleitoral. Há dúvidas, porém, sobre a disposição da base do PT com a candidatura de Pacheco diante do desgaste causado pela rejeição de Messias.

Aliados de Pacheco veem como injusta a suspeita de que ele tenha atuado contra o governo e dizem que, pelo contrário, ele ajudou Messias.

Segundo esses relatos, foi o senador quem levou o advogado-geral da União para o evento na casa do ministro do STF Cristiano Zanin em que ele teve a oportunidade de conversar informalmente com Alcolumbre.

Catia Seabra (Folhapress)

Em visita ao interior do RJ, Romeu Zema diz que não teme o STF

Pré-candidato à presidência quer reduzir 'gastança', melhorar segurança e dar choque moral na política fluminense

Por Ana Luiza Rossi e Sônia Paes

O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema, esteve em Volta Redonda, no interior do Rio, para iniciar o teste com relação à receptividade de sua pré-candidatura a presidência pelo Novo. A visita, realizada nesta terça-feira, dia 05, ocorreu em meio à tentativa de consolidação do seu nome no cenário nacional e de fortalecimento do partido no Rio.

Em entrevista concedida no Hotel Logic, no bairro Atterado, Zema foi direto ao ponto em relação às suas críticas com o Supremo Tribunal Federal (STF), a quem apelida de 'intocáveis'. Questionado se teme ficar ineligiível pelas críticas, afirmou que não tem nenhum receio.

- Minha vida já foi vasculhada de todas as formas. Quando ganhei o primeiro turno em 2018, o partido do meu concorrente mandou um exército de pessoas lá na minha cidade para vasculhar minha vida. Não encontraram nada. Se deu para fazer certa em Minas, dá para fazer certo no Brasil - destacou.

Outro ponto discutido foi

com relação ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Zema critica a inoperância do governo em diversos temas. "Quem me acompanha, sabe que tenho três ataques. A 'gastança', o número de mortes e o choque moral, que ao meu entender, passa pela reforma no Judiciário", destaca.

Entrada do aço chinês

Zema também destacou a importância da produção de aço no Estado e que o Brasil não estaria 'calibrando' a entrada do aço chinês. Vale lembrar, inclusive, que a região Sul Fluminense é marcada pela forte presença industrial e pela influência de grandes empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

- Isso tem custado empregos e recolhimento de impostos que poderiam ter ficado aqui. Fui governador de um estado que é produtor de aço e lidei com esse problema. O Brasil está facilitando a importação deste insumo que nós poderíamos estar produzindo aqui - afirmou.

Questionado sobre propostas que possam impactar o Estado do Rio, Zema afirmou que quer 'aumentar o custo do crime'. "O Rio de Janeiro é o estado que mais sofre

com a taxa de homicídios e com áreas controladas pelas facções e crime organizado. Em Minas Gerais, durante minha gestão, tivemos uma situação muito bem administrada. Como presidente, quero enquadrar as organizações como grupos terroristas para que o combate seja mais efetivo", pontuou.

'Choque moral'

Outra proposta - vista como polêmica, aliás - é a implantação da cultura do 'choque moral' para a política do Rio de Janeiro, com endurecimento nas regras para corrupção e até a implementação de crime de traição contra um funcionário público envolvido em caso de desvio de verbas públicas.

Depois da entrevista coletiva dada a um grupo de jornalistas, Zema seguiu para o Clube Náutico. O evento também foi marcado pela presença de André Marinho, nome escolhido para ser o pré-candidato do Novo ao governo do Estado do Rio, que tem o ex-prefeito Eduardo Paes na corrida eleitoral.

O evento reuniu apoiadores e filiados do partido. Aliás, a presença do empresário Mauro Campos foi aguardada, uma vez que disputou o Executivo de Vol-

"O Brasil precisa de gente competente em Brasília. É desse jeito que a coisa funciona"

Romeu Zema

A pré-candidatura de Zema

A pré-candidatura de Romeu Zema à Presidência tem como base principal sua gestão à frente de Minas Gerais e um discurso de redução do Estado. Ele defende um modelo econômico liberal, mirando ajuste fiscal, privatizações e diminuição dos gastos públicos. Entre as principais propostas, estão a privatização de estatais como Petrobras e Banco do Brasil, reformas administrativa e previdenciária e flexibilização das relações de trabalho. Zema é a favor ainda de corte de despesas, afirmando que isso poderia gerar economia trilionária ao país ao longo das próximas décadas.

Na área social, propõe revisão de programas como o Bolsa Família, com foco em combater fraudes e incentivar a inserção no mercado de trabalho. Já na segurança e no Judiciário, adota um discurso mais duro, com propostas de endurecimento penal e mudanças no funcionamento do STF.

Politicamente, Zema tenta se consolidar como um nome da direita, disputando espaço com outros pré-candidatos e buscando herdar parte do eleitorado conservador.



Ana Luiza Rossi/CSF

Ana Luiza Rossi/CSF



Zema também destacou entrada desenfreada do aço chinês no Brasil

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Proposta de Marcon flexibiliza horas de trabalho

PEC defendida pelo PL não altera limite de jornada

A proposta de emenda constitucional do deputado Maurício Marcon (PL-RJ) que estabelece liberdade para definição de jornada de trabalho mantém o teto, previsto na Constituição, de 44 horas por semana, que serve de parâmetro para a escala de seis por um. A PEC foi citada pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), como alternativa à proposta de redução da jornada para 40 semanais, o que viabilizaria a possibilidade de duas folgas a cada cinco dias trabalhados. Pela proposta de Marcon, trabalhadores seriam livres para negociar, de maneira coletiva ou individual, redução em suas jornadas, com pagamento proporcional de salários. Mas, isso, com base nas 44 horas semanais.

Ataque à redução

A PEC de Marcon foi protocolada em 29 de outubro do ano passado, depois de iniciado o debate sobre o fim da escala seis por um, que seria consequência da substituição das 44 horas de trabalho por 40 horas semanais. Ontem, na primeira reunião da Comissão Especial criada para discutir a PEC de redução da jornada, o deputado não falou sobre sua proposta, mas atacou a que trata da diminuição gradual das horas de trabalho.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Reunião da comissão que discute fim da seis por um

Caos e devastação

Marcon classificou a proposta de redução da jornada com manutenção do mesmo salário de “caos” que terá consequências “devastadoras” para o trabalhador. Para ele, a medida geraria desemprego, aumento de preços e consequente redução do poder de compra. O PL joga com o calendário apertado de ano eleitoral para tentar evitar a aprovação da PEC. Conta também com uma eventual má vontade do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). No limite, quer que empresários sejam beneficiados com incentivos fiscais.

Polícia para quem...

Preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, o deputado estadual fluminense Thiago Rangel (Avante) também gostava de fazer discursos em defesa da melhoria da segurança pública. Em sua conta do Instagram, ele aparece discursando na reabertura de um posto policial. Rangel é o terceiro deputado estadual do estado preso em oito meses.

A fila anda

Na solenidade, realizada em Sabonete, em São João da Barra, Rangel elogiou a política de segurança do então governador Cláudio Castro (PL). Entre os presentes estava o secretário de Polícia Militar, coronel Marcelo de Menezes, que deixou o cargo e se filiou ao PL para concorrer a vaga de deputado estadual.

Ora que melhora

Rangel, que segundo as investigações, fraudou licitações e era ligado a “Júnior do Beco”, condenado por tráfico e por homicídios, demonstrou na rede social que é um homem de fé. Aparece orando num culto evangélico realizado na Câmara Municipal de São Francisco de Itabapoana.

Tentativa

O governo federal decidiu tomar medidas para ao menos tentar mostrar que, diferentemente do que diz a oposição, não é conivente com o crime. A preocupação é tão grande que buscará fazer limonada do limão acenado por Donald Trump, que quer carimbar no PCC e no PV a pecha de organizações terroristas.

Temor

O Planalto teme que a classificação dê aos Estados Unidos autorização para invadir o Brasil. Nas últimas semanas, a diplomacia brasileira tenta um meio-termo, reconheceria o poder das organizações criminosas mas manteria os soldados gringos longe daqui. Tudo deve ser fechado na viagem de Lula, esta semana, aos EUA.

Em nome do voto

Foi em nome da necessidade de não perder votos por suposta imobilidade no combate ao crime que o governo sancionou o projeto de aumento de penas para alguns delitos e prepara um pacote de medidas que, em tese, teriam uma ação mais estruturante na área da segurança pública.

Sem saída

Especialistas da área de segurança repetem que mais importante do que aumentar penas é ter um sistema policial e judicial que impeça a impunidade. Mas, diante do projeto apresentado pela oposição, Lula ficou sem alternativas. Se fosse vetá-lo, seria chamado de protetor de bandidos.

Reprodução/Instagram



Eduardo: camisa que mistura rostos de Flávio e Bolsonaro

Lula e Flávio transferem disputa para os EUA

Filho de Bolsonaro viajou antes do encontro do presidente

Por Rudolfo Lago

Por esta semana, o terreno da disputa eleitoral entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi transferido para os Estados Unidos.

Antes da visita oficial que Lula deve ter com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Flávio Bolsonaro viajou também para o país no domingo (3).

Há uma intenção clara de tentar rivalizar agendas, diante do fato de Trump ser bem mais próximo da família Bolsonaro e da direita do que de Lula.

O encontro de Lula com Trump foi confirmado pela Casa Branca na noite de terça-feira (5). Até então, o governo brasileiro adotava cautela pela falta de confirmação.

Enquanto isso, Flávio já circula no país. Na segunda-feira (4), ele teve encontros com empresários dos EUA em Miami. Segundo as informações que divulgou, esses empresários teriam demonstrado interesse em investir no país caso Flávio vença as eleições de outubro.

Flávio divulgou nas redes sociais uma foto ao lado de seu irmão, Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos desde fevereiro do ano passado. Eduardo posou com uma camiseta na qual há um desenho que mistura

o rosto de seu pai, Jair Bolsonaro, com o de Flávio, com os dizeres “Bolsonaro presidente”.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou que o governo brasileiro deve buscar um acordo de combate ao crime organizado transnacional durante o encontro entre Lula e Trump.

“Em relação ao crime organizado, esse é um tema que o presidente Lula já levou ao presidente Trump, e vai levar novamente, que é um acordo para o combate a organizações criminosas transnacionais, ao crime organizado transnacional”, disse em entrevista à Globonews. “Nós podemos fazer muita parceria nessa área, controle de fluxo financeiro, investigação, esse é um tema extremamente relevante.”

Hoje também está em discussão a mudança da classificação de facções criminosas como CV (Comando Vermelho) e PCC (Primeiro Comando da Capital) como grupos terroristas. O governo brasileiro tenta evitar essa mudança.

Eduardo criticou o encontro de Lula com Trump nas redes sociais, dizendo que ele irá “fazer lobby do PCC e do CV”.

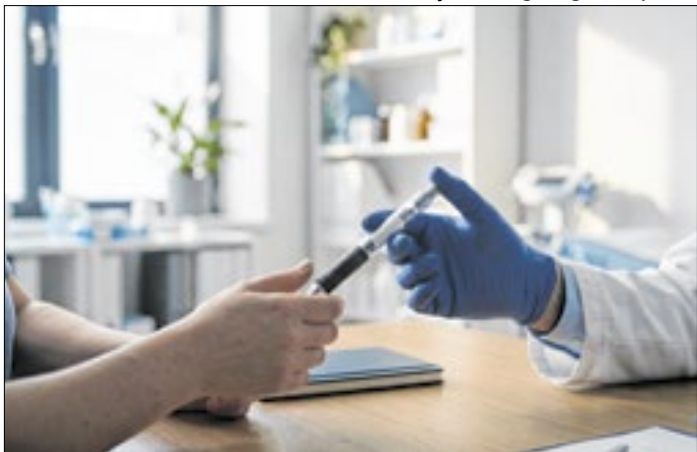
A expectativa é de que o presidente embarque na quarta-feira (6) e retorne na sexta-feira (8). A confirmação oficial deve sair em comunicado da Casa Branca.

Com informações de Mariana Brasil (Folhapress)

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Ilustração / Imagem gerada por IA



Mercado prevê aumento de até 11% nos planos empresariais

Canetas emagrecedoras pressionam planos de saúde

Planos de saúde empresariais devem registrar novos reajustes em 2026, pressionados pela alta dos custos médicos. Estimativas apontam aumentos entre 8% e 11%, acima da inflação. Entre os fatores, ganham peso as chamadas “canetas emagrecedoras” e outros medicamentos de alto custo, que elevam as despesas das operadoras. Mesmo sem cobertura obrigatória, esses tratamentos aumentam a procura pelo sistema. O avanço dessas terapias, somado ao uso mais frequente dos planos, tende a impactar empresas e beneficiários nos próximos reajustes. O último aumento da Agência Nacional de Saúde Suplementar(ANS), que regula e fiscaliza o mercado de planos de saúde, foi de 6,06% em 2025. Planos empresariais não têm teto fixo.

Reajuste nos planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) está com consulta pública aberta até 16 de maio, pelo site oficial, para revisar contratos entre operadoras e prestadores, como hospitais, clínicas e médicos. A proposta inclui discutir índices de reajuste em casos específicos, o que pode elevar custos do setor e pressionar as mensalidades. O reajuste anual dos planos de saúde deve ser anunciado em junho pelo órgão.

Divulgação / Embraer



Aeronave C-390 Millennium, fabricada pela Embraer

Embraer vende aeronaves a Emirados

A Embraer assinou contrato com o Conselho Tawazun dos Emirados Árabes Unidos para a venda de até 10 aeronaves C-390 Millennium, com opção de compra de mais 10 unidades adicionais, em um acordo estratégico no setor de defesa. O negócio reforça a presença da fabricante brasileira no Oriente Médio e amplia a cooperação militar entre os países, incluindo manutenção, suporte logístico e possível transferência de tecnologia. Embora o valor oficial não tenha sido divulgado, estimativas de mercado apontam para cerca de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,1 bilhões), dependendo das opções.

Locação de máquinas e equipamentos

Estudo da KPMG, uma das maiores empresas globais de auditoria, aponta que o mercado brasileiro de locação de máquinas e equipamentos movimentará cerca de R\$ 49 bi ao ano. O setor reúne 50 mil empresas, gera mais de 200 mil empregos e cresce mesmo com juros altos e desaceleração. O segmento será destaque na ANALOC Rental Show 2026, em São Paulo, de 6 a 8 de julho.

Ata do Copom I

Ata do Copom divulgada na terça(5) pelo Banco Central deixou em aberto o rumo da Selic após o corte para 14,50%, destacando que o ciclo dependerá de novos dados sobre inflação e cenário externo. O comitê apontou incertezas e sinais divergentes na economia, o que exige cautela na condução da política monetária.

Ata do Copom II

Apesar disso, o Comitê de Política Monetária manteve balanço de riscos e indicou que novos cortes são possíveis, ainda que graduais. O mercado projeta redução contínua dos juros, com a Selic perto de 13% no fim do ano, mas não descarta ajustes maiores ou até pausa, conforme evolução da inflação e do cenário internacional.

Dinheiro na conta I

Na quinta-feira(7), o Santander, um dos maiores bancos do país, paga R\$ 2 bilhões em juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas. Os valores são de R\$ 0,25 por ação ordinária, R\$ 0,28 por preferencial e R\$ 0,53 por Unit. Terão direito os investidores com posição em 20 de abril (data-com).

Dinheiro na conta II

A Log Commercial Properties, empresa de galpões logísticos, aprovou o pagamento de dividendos de R\$ 0,36 por ação, com distribuição prevista para 30 de junho de 2026. Terão direito a receber o provento os acionistas com posição em 13 de maio (data-com). A companhia também reportou lucro recorde de R\$ 134 milhões no 1T26.

Novo Desenrola I

Grandes bancos iniciaram a liberação de canais para adesão ao Novo Desenrola, permitindo que clientes consultem e solicitem renegociação diretamente em aplicativos, sites e centrais de atendimento. Itaú, Bradesco e C6 Bank já operam o serviço, enquanto Santander realiza testes e demais instituições ainda organizam cronograma.

Novo Desenrola II

O programa de renegociação depende da ativação do FGO, que garante parte das perdas das instituições e viabiliza os acordos. As condições incluem descontos entre 30%-90%, juros limitados a 1,99% ao mês e dívidas até janeiro/2026. A iniciativa tem quatro frentes: famílias, Fies, empresas e produtores rurais, com regras distintas.



Mudanças também incluem redução de aulas práticas

Curso EAD na CNH gera economia de R\$ 1,8 bilhão

Contran autorizou curso teórico em formato digital e gratuito

Andre Souza

Brasileiros economizaram R\$ 1,8 bilhão com a oferta gratuita de cursos teóricos para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), segundo o Ministério dos Transportes. A medida entrou em vigor em dezembro de 2025 e permite que candidatos realizem a etapa teórica de forma online, por meio da plataforma CNH do Brasil.

Minas Gerais lidera, com R\$ 269,6 milhões economizados. No estado, o curso teórico custava, em média, R\$ 1.095, o valor mais alto do país. Em seguida aparecem Santa Catarina, com R\$ 1.094, Rio Grande do Sul, com aproximadamente R\$ 1.025, e Bahia, onde o custo girava em torno de R\$ 1.019 para essa etapa da habilitação. Candidatos de São Paulo economizaram R\$ 225,3 milhões, seguido por Bahia (R\$ 217,9 milhões) e por Rio Grande do Sul (R\$ 171,5 milhões). Em Pernambuco, a economia chega a R\$ 114 milhões, enquanto Paraná (R\$ 113,6 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 108,8 milhões).

De acordo com o Ministério dos Transportes, a economia está relacionada à retirada da obrigatoriedade de contratação de cursos presenciais pagos para a fase teórica do processo de habilitação. Antes da mudança, o curso teórico para obtenção da CNH não possuía tabela única de preços e era oferecido dentro dos

pacotes das autoescolas, com variação entre estados e municípios.

Com a nova regra, o conteúdo teórico passou a ser disponibilizado em ambiente digital por meio da plataforma oficial. O acesso ocorre de forma individual, com registro do candidato, e reúne o material previsto para a etapa teórica da habilitação. As demais fases do processo, como exames e aulas práticas, permanecem com exigências específicas.

O ministério informa que a iniciativa tem como base a redução de custos do processo de habilitação no país. A economia contabilizada considera candidatos que deixaram de contratar cursos teóricos pagos após a implementação da medida e a substituição por acesso gratuito.

CNH mais barata

O valor para tirar a primeira carteira de motorista caiu em todo o país após o lançamento da CNH do Brasil, iniciativa do Ministério dos Transportes. Antes, o processo completo para as categorias A e B chegava a R\$ 4,9 mil em alguns estados. Atualmente, esse valor varia entre R\$ 810 e R\$ 1,6 mil. Além da gratuidade do curso teórico, as mudanças incluem a redução da carga mínima de aulas práticas, a possibilidade de formação com instrutores autônomos credenciados e a fixação de teto de R\$ 180 para os exames médicos e psicológicos.

Banco Central barra saque em dinheiro de emendas parlamentares

Instrução normativa aos bancos cumpre decisão do STF. Retirada em espécie pode indicar ato ilícito

O Banco Central publicou a Instrução Normativa nº 732/2026, que reforça o controle sobre o uso de recursos de emendas parlamentares ao incorporar, na regulação do sistema financeiro, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A norma proíbe saques em espécie desses valores e determina que tentativas de retirada em dinheiro passem a ser tratadas como operações suspeitas.

A medida está ligada à ADPF 854/DF, relatada pelo ministro Flávio Dino. Em decisão de 3 de março de 2026, o magistrado vedou a realização de saques em espécie de recursos oriundos de emendas parlamentares, inclusive quando transferidos a empresas ou entidades beneficiárias finais. O objetivo é garantir maior rastreabilidade e transparência na aplicação dessas verbas públicas.

Na prática, a decisão obriga que os recursos circulem por meios eletrônicos, facilitando

o acompanhamento pelos órgãos de controle. O saque em dinheiro, por dificultar a identificação do destino final dos valores, vinha sendo apontado como uma brecha para possíveis irregularidades.

Prevenção à lavagem de dinheiro

Com a nova instrução normativa, o Banco Central altera a Carta Circular nº 4.001/2020, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. A partir de agora, a tentativa de saque ou mesmo o provisionamento para retirada em espécie de valores de emendas passa a integrar o rol de situações que podem indicar indícios de ilícitos.

Isso impõe às instituições financeiras o dever de monitorar essas movimentações e comunicar operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).



Em 2026, emendas parlamentares somam cerca de R\$ 61 bilhões - equivalente a 1% do Orçamento

A mudança amplia o papel dos bancos no controle dessas verbas e reforça os mecanismos de prevenção a desvios.

A norma também dispensa a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), uma vez que apenas implementa uma decisão do STF, sem margem para alternativas regulatórias. Segundo o Banco Central, o objetivo da instrução normativa é “orientar o sistema financeiro e garantir o cumprimento da determinação judicial”.

Transparência das Emendas Parlamentares

O tema das emendas parlamentares tem sido alvo de questionamentos sobre transparência e uso dos recursos. Nesse contexto, a atuação do STF e a regulamentação pelo Banco Central sinalizam um esforço conjunto para aumentar o controle e reduzir riscos de mau uso do dinheiro público.

No âmbito da ADPF 854/DF, relatada pelo ministro Flávio Dino, as medidas vão além da proibição de saques em dinheiro e buscam garantir o rastreamento completo das emendas parlamentares. A Corte tem exigido a identificação do autor das indicações, dos beneficiários finais e da execução dos recursos, incluindo transferências diretas, como as chamadas “emendas Pix”, com o objetivo de ampliar a transparência e reduzir riscos de uso irregular do dinheiro público. No sistema financeiro, o BC e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras também monitoram movimentações incompatíveis com renda, o uso de dinheiro vivo, o fracionamento, “laranjas”, transações externas suspeitas e mudanças bruscas no padrão financeiro.

Sobre as Emendas

Em 2026, as emendas parlamentares somam cerca de

R\$ 61 bilhões, o equivalente a 1% do Orçamento federal. A maior parte é composta pelas chamadas emendas impositivas — individuais e de bancada — cuja execução é obrigatória pelo governo. Essas somam aproximadamente R\$ 37 bilhões, ou cerca de 60% do total, e têm destinação definida diretamente por deputados e senadores, com menor margem de interferência do Executivo.

Já os cerca de 40% restantes incluem emendas de comissão e outras rubricas, que não são totalmente impositivas e permitem maior gestão política sobre a liberação dos recursos. As emendas têm peso relevante por financiarem obras e projetos locais e funcionarem como instrumento central na relação entre Executivo e Congresso e na relação de deputados e senadores com as bases eleitorais nos estados e municípios.

Veículos seminovos mantêm alta e crescem 11,7% em abril, aponta FENAUTO

Relatório mensal da FENAUTO, entidade que representa o setor de veículos seminovos e usados no Brasil, aponta que o mercado segue com desempenho positivo em 2026. Em abril, a média diária de vendas registrou alta de 11,7% em relação a março, atingindo 85.006 unidades negociadas por dia útil.

O resultado reforça a trajetória de crescimento do segmento. No acumulado do ano, o setor já soma 5.908.170 unidades comercializadas, o que representa avanço de 10% em volume nominal e aumento de 11,3% na média por dia útil na comparação com o mesmo período de 2025.

Mesmo com um calendário mais curto em abril — quatro dias úteis a menos do que março — o desempenho se manteve forte.

O volume total do mês chegou a 1.530.108 unidades, crescimento de 2,9% em relação a abril do ano anterior. Já a média por dia útil avançou 14,3% no comparativo anual, indicando maior eficiência nas negociações.

Para o presidente da FENAUTO, Everton Fernandes, os números refletem estabilidade e eficiência do setor. “A movimentação ficou dentro do previsto para um mês com menos dias úteis. No entanto, mantivemos uma excelente média diária de transferências e alcançamos um acumulado muito representativo frente a 2025. Seguimos com otimismo moderado e a expectativa de um fechamento de ano bastante positivo”, afirma Fernandes.

O relatório também destaca a melhora da confiança do consu-



Gol foi o veículo mais vendido: 61.175 unidades em abril

midor. O Índice de Confiança do Consumidor (FGV IBRE) avançou para 89,1 pontos em abril, alta de 1,0 ponto e maior nível desde o

fim de 2025. O indicador sugere maior disposição de compra das famílias, o que contribui para o aquecimento do mercado automotivo.

Mais vendidos

Entre os modelos mais comercializados em abril, o segmento de automóveis teve liderança do VW Gol, com 61.175 unidades, seguido pelo GM Onix, com 38.937, e pelo Hyundai HB20, com 37.388 unidades. Nos comerciais leves, a Fiat Strada liderou com 36.777 unidades, seguida pela VW Saveiro, com 21.777, e pela Toyota Hilux, com 17.514. No segmento de motocicletas, a Honda CG150 foi destaque com 81.672 unidades, seguida pela Honda Biz, com 39.055, e pela Honda NXR150, com 27.687. Já entre os comerciais pesados, a liderança ficou com a Volvo FH, com 2.547 unidades, seguida pelo Ford Cargo, com 2.273, e pelo Mercedes-Benz Axor, com 1.382 unidades comercializadas no mês.

CORREIO JURÍDICO

DA REDAÇÃO

Divulgação / TST



Pena de roubo sobe de 4 a 10 anos para 6 a 10 anos

Lula sanciona lei que endurece penas para furto e roubo

O presidente Lula sancionou, com veto, a Lei 15.397/2026, que amplia penas para crimes como furto, roubo, estelionato e receptação. A pena de furto passa de 1 a 4 anos para 1 a 6 anos, podendo chegar a 8 anos em casos que afetem serviços essenciais. Crimes envolvendo celulares, animais e equipamentos de infraestrutura têm punições maiores. No roubo, a pena sobe para 6 a 10 anos, e o latrocínio passa de 24 a 30 anos. A lei também endurece punições para golpes eletrônicos e cria novas tipificações, como a cessão de contas para fraudes. Foi vetado o trecho que elevava a pena do roubo com resultado de lesão corporal grave para 16 a 24 anos de prisão (antes, o intervalo era de 7 a 18 anos). O motivo do veto é que essa pena ficaria maior que a do homicídio.

Receptação, estelionato e crimes virtuais

A norma também eleva a pena de receptação para 2 a 6 anos, podendo chegar a 8 anos quando envolver animais ou carne. Interrupção de serviços de telecomunicação passa a 2 a 4 anos, com possibilidade de dobrar em situações específicas. No estelionato, o Ministério Público poderá iniciar ação penal sem autorização da vítima em determinados casos. A lei também ajusta agravantes para crimes praticados em redes e dispositivos eletrônicos.

Divulgação / TST



Empresas pressionaram trabalhadores a apoiar candidatos

Condenação por assédio eleitoral em SC

Associações empresariais de Caçador (SC) foram condenadas por estimular práticas de assédio eleitoral nas eleições de 2022, segundo decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O colegiado entendeu que as entidades incentivaram empresas a pressionar trabalhadores a apoiar candidatos, violando a liberdade de voto. A conduta foi considerada ilícita por configurar interferência no ambiente laboral com uso de influência econômica. O TST destacou que o assédio eleitoral envolve coação ou constrangimento para direcionar o voto.

Enter: IA aplicada à Justiça é destaque

A startup brasileira Enter tornou-se o primeiro unicórnio de inteligência artificial da América Latina ao levantar cerca de US\$ 100 milhões (aprox. R\$ 500 milhões) em nova rodada, alcançando valuation de US\$ 1,2 bilhão (cerca de R\$ 6 bilhões). A empresa usa IA aplicada à Justiça para automatizar e analisar processos jurídicos, atendendo grandes companhias e processando centenas de milhares de ações por ano.

Youtube agora é 16+

O Ministério da Justiça elevou a classificação indicativa do YouTube de 14 para 16 anos, citando conteúdos com violência, sexo, drogas e linguagem imprópria, além da interatividade da plataforma. A medida é orientativa, não impede acesso, e reforça regras de proteção a menores no ambiente digital.

Samarco I

A Samarco irá repassar R\$ 217,6 milhões adicionais em auxílios a povos tradicionais atingidos pelo rompimento de barragem, em Mariana (MG). O valor vem após correção apontada pelo Ministério Público Federal (MPF), após denúncias das comunidades, que indicaram erros nos cálculos dos auxílios.

Samarco II

A correção atinge 6.928 titulares e 5.986 dependentes. Com o pagamento da terceira parcela do auxílio retroativo, cerca de R\$ 448 milhões, somado ao ajuste de R\$ 217,6 milhões, o total pago às comunidades chega a aproximadamente R\$ 1,4 bilhão nos dois auxílios. O MPF seguirá acompanhando os repasses.

Roubo motorista I

Para a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a pena em casos de roubos cometidos contra motoristas de aplicativo em serviço pode ser elevada. A discussão ocorreu após o julgamento de um caso de roubo de veículo contra um motorista de aplicativo. O réu foi condenado a mais de 12 anos de reclusão em primeira instância.

Roubo a motorista II

Apesar disso, juízo entendeu que a culpabilidade ultrapassava o "normal" do crime, uma vez que o acusado explorou a vulnerabilidade da vítima, que estava trabalhando. O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) manteve a condenação e a dosimetria da pena, inclusive a valoração negativa da culpabilidade.

Eleições

Eleitores do país têm até esta quarta-feira (6) para tirar o primeiro título de eleitor, transferir o domicílio eleitoral e regularizar os dados eleitorais, para que possam ir às urnas em outubro para escolher seus representantes. Cabe ao Ministério Público Eleitoral fiscalizar o cumprimento de regras durante as eleições.



Justiça é acionada quando pais não conseguem se sustentar

Pais podem cobrar pensão dos filhos na Justiça

Situação financeira dos filhos também é levada em conta

Da Redação

A possibilidade de pais cobrarem pensão alimentícia dos filhos, prevista há décadas na legislação brasileira, voltou ao debate após o caso envolvendo o ator Stênio Garcia. Não há decisão recente que tenha criado essa regra, que já está consolidada no direito de família e depende da análise de cada caso pela Justiça.

O tema ganhou visibilidade recente com a disputa envolvendo Stênio Garcia, de 94 anos. O ator acionou a Justiça pedindo pensão às filhas, alegando dificuldades para custear despesas básicas, como saúde e medicamentos. O caso também envolve controvérsia sobre um apartamento em Ipanema, transferido às filhas com usufruto vitalício para o ator. As filhas contestam a versão e negam que ele esteja em situação de vulnerabilidade, levando a um impasse que será analisado judicialmente.

O ordenamento jurídico brasileiro estabelece que a obrigação de prestar alimentos é recíproca entre pais e filhos. A base está na Constituição Federal de 1988, que determina o dever de amparo aos pais na velhice, e no Código Civil brasileiro, que regulamenta a possibilidade de cobrança judicial.

Na prática, pais podem recorrer à Justiça quando não conseguem arcar com o próprio sustento. Situações como idade avançada, doença ou ausência de renda são consideradas. Para que o pedido seja aceito,

o juiz avalia o chamado binômio necessidade-possibilidade, que exige a comprovação da necessidade de quem pede e da capacidade financeira de quem deve pagar.

A análise envolve documentos como comprovantes de renda, despesas médicas e extratos bancários. Do lado dos filhos, são considerados salário, patrimônio, gastos fixos e responsabilidades familiares. A definição do valor busca equilíbrio para não comprometer o sustento de nenhuma das partes. Quando há mais de um filho, todos podem ser chamados a contribuir. A Justiça costuma estabelecer valores proporcionais à renda de cada um, o que pode resultar em contribuições diferentes entre irmãos.

O Estatuto do Idoso reforça a obrigação de assistência a pessoas com 60 anos ou mais, o que pode influenciar a avaliação judicial, especialmente em casos com despesas de saúde.

Por outro lado, a obrigação não é automática. Filhos que comprovem incapacidade financeira podem ter o pagamento reduzido ou até afastado. Dívidas, sustento de dependentes e outras despesas essenciais entram na análise. A simples alegação de dificuldade não é suficiente sem comprovação.

Se houver decisão judicial determinando o pagamento, o descumprimento pode levar à execução da dívida. Entre as medidas previstas estão penhora de bens e, em situações específicas, a prisão civil do devedor por até três meses.

CORREIO NO MUNDO

Molly Riley/ Casa Branca



Trump minimizou publicamente a força militar iraniana

Donald Trump afirma que Irã deveria se render na guerra

O presidente dos EUA, Donald Trump, minimizou nesta terça (5) a capacidade militar do Irã e disse que o país deveria “hastear a bandeira branca”. Teerã, por sua vez, aumentou o tom das ameaças diante da operação de Washington para escoltar navios no estreito de Hormuz. A nova troca de farpas ocorre um dia após vários ataques na região colocarem o cessar-fogo em xeque. Os dois países travam uma disputa pelo controle da passagem marítima, por onde passava cerca de um quinto do petróleo comercializado no mundo antes da guerra. “Sabemos perfeitamente que a continuidade da situação atual é insustentável para os EUA, enquanto nós ainda nem começamos”, disse Mohamad Bagher Ghalibaf, chefe do Parlamento e negociador do Irã, no X.

Guerra ‘ainda nem começou’, diz Teerã

Ele afirmou também que a “presença maligna” de forças americanas diminuirá na região. Horas depois, Trump respondeu. O presidente afirmou a repórteres no Salão Oval que o poder militar iraniano foi reduzido e que Teerã, nos bastidores, quer fechar um acordo, apesar de sua retórica agressiva em público. “Eles fazem jogos, mas vou dizer uma coisa: eles querem fazer um acordo. E quem não iria querer, quando seu poder militar praticamente desapareceu?”.

NASA/GSFC via Wikimedia Commons



Estreito de Hormuz é motivo de discórdia na guerra

Hormuz segue no centro do conflito

O republicano também elogiou o bloqueio dos portos iranianos pelos EUA e disse que a estratégia está “funcionando muito bem”. Já o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, disse a jornalistas mais cedo nesta terça que a operação dos EUA para proteger navios comerciais é temporária, que Washington não está buscando um confronto e que a trégua com o Irã ainda está em vigor. Hegseth disse, no entanto, que uma ação militar não está descartada, acrescentando que qualquer ataque iraniano provocará uma resposta “devastadora”.

Hegseth fala em operação temporária

“Não estamos buscando um conflito. Mas também não podemos permitir que o Irã bloqueie países inocentes e suas mercadorias em uma via navegável internacional”, acrescentou o secretário. “O presidente [Donald Trump] pode tomar uma decisão caso algo evolua para uma violação do cessar-fogo”, disse Peter Hegseth. A troca de ameaças seguiu mais tarde, desta vez através da Guarda Revolucionária iraniana.

Resposta firme

Em comunicado veiculado na TV estatal, a guarda prometeu uma “resposta firme” a navios que tentem passar pelo estreito por áreas que não sejam as delimitadas por Teerã. “Alertamos todos os navios que planejam transitar pelo estreito de Ormuz que a única passagem segura é o corredor previamente anunciado pelo Irã”.

Preço do petróleo

“Qualquer desvio de navios para outras rotas é perigoso e resultará em uma resposta firme da Marinha da Guarda Revolucionária iraniana”, afirmou a força no comunicado. Desde o início da guerra, o estreito está bloqueado por Teerã. A situação provocou um aumento expressivo do preço do petróleo.

Bloqueio a portos

Para tentar pressionar o rival, Washington respondeu com um bloqueio aos portos iranianos. Na segunda (4), os EUA iniciaram a operação “Projeto Liberdade” para permitir que os navios bloqueados há semanas consigam atravessar o estreito. Mais de 900 embarcações estavam no golfo Pérsico no fim de abril.

Explosão I

Explosão em uma mina legal de carvão na Colômbia matou nove trabalhadores e deixou outros seis feridos, que foram resgatados com vida. Acidente ocorreu nesta segunda-feira (4) em Sutatausa, a cerca de 74 km ao norte de Bogotá. O governo colombiano informou que a explosão aconteceu “aparentemente por acúmulo de gases”.

Explosão II

Quinze mineiros ficaram presos após a explosão, e seis conseguiram ser retirados com vida. Eles foram levados ao Hospital Regional de Ubaté, onde recebem atendimento médico. Agência Nacional de Mineração (ANM) confirmou as mortes e disse que enviou equipes de salvamento ao local.

Irã nega ataque

O Irã negou nesta terça (5) ter feito qualquer ataque contra os Emirados Árabes Unidos nos últimos dias, mas prometeu uma “resposta esmagadora” se for alvo de qualquer ação do país do Golfo. Manifestação foi realizada pelo comando militar conjunto Khatam al-Anbiya do Irã, grupo que planeja ações conjuntas das Forças Armadas.



Thiago Ávila, ativista brasileiro, está preso em Israel

Israel prorroga prisão de ativista brasileiro

Brasileiro e espanhol podem ser condenados a prisão perpétua

Um tribunal israelense estendeu até domingo (10) a detenção de dois ativistas, o espanhol-palestino Saif Abu Keshek e o brasileiro Thiago Ávila, que faziam parte de uma flotilha com destino à Faixa de Gaza. Eles compareceram nesta terça (5) a uma corte em Ashkelon, a 60 km de Tel Aviv. A advogada Hadeel Abu Salih, do grupo israelense de direitos humanos Adalah, que representa os ativistas, afirmou que a detenção foi prorrogada após a polícia solicitar mais tempo para interrogá-los.

“Vemos isso como uma tentativa de criminalizar qualquer solidariedade com o povo palestino e qualquer tentativa de romper o cerco ilegal a Gaza”, disse Abu Salih, acrescentando que a defesa planeja recorrer da decisão perante um tribunal distrital.

Esta é a segunda prorrogação da prisão preventiva. No último domingo (3), Ávila e Keshek já haviam se apresentado ao tribunal que, naquela ocasião, autorizou a extensão da detenção por mais dois dias.

Abu Salih disse que apresentar a dupla perante um tribunal civil era uma “forma de espalhar medo e fazer os ativistas reconsiderarem sua participação” em futuras flotilhas. A Adalah, uma organização de direitos humanos e serviços jurídicos para a minoria árabe em Israel, afirmou que a prisão é ilegal e que os dois foram vítimas de maus-tratos.

Segundo a ONG, eles foram submetidos a “interrogatórios de até oito horas”, foram instalados em celas permanentemente iluminadas

e obrigados a ir de um lugar para outro com os olhos vendados, inclusive durante visitas médicas. O governo israelense negou as acusações.

Documentos judiciais mostram que Israel acusa os ativistas de crimes como filiação a uma organização terrorista e assistência ao terrorismo durante período de guerra. As penas podem chegar a 20 anos de prisão. Os dois estão em greve de fome. Então, o tribunal ordenou que o serviço penitenciário monitore a condição médica deles.

A flotilha, composta por mais de 50 embarcações, partiu de França, Espanha e Itália com o objetivo de romper o bloqueio israelense a Gaza e entregar suprimentos ao devastado território palestino. As forças israelenses os interceptaram em águas internacionais, na costa da Grécia. Abu Keshek e Ávila foram detidos junto com outros 175 ativistas, de múltiplas nacionalidades, que foram libertados na Grécia. Os dois foram levados a Israel.

O Ministério das Relações Exteriores de Israel afirma que Abu Keshek é um membro proeminente da Conferência Popular para os Palestinos no Exterior (PCPA) e que Ávila tem ligações com a organização e é “suspeito de atividades ilegais”.

Antes da extensão da prisão, o Itamaraty divulgou uma nota conjunta com o governo espanhol condenando o que classificou de “sequestro de dois de seus cidadãos em águas internacionais por parte do governo de Israel”.

Imprensa volta a sede do governo Milei após 11 dias de bloqueio

O acesso de jornalistas à Casa Rosada estava vetado há quase duas semanas

A sala de imprensa da Casa Rosada foi reaberta nesta segunda-feira (4) após um hiato de 11 dias em que jornalistas foram proibidos pelo governo Javier Milei de entrar na sede do Executivo, uma medida inédita na história recente da Argentina.

O caso teve início após a emissora Todo Noticias exibir imagens do interior do prédio feitas com óculos inteligentes.

A retomada ocorreu com relatos de restrições, no entanto. Jornalistas apontaram retenção de credenciais, escolta de agentes de segurança e limitação de deslocamento dentro do prédio, em especial nos locais em que os profissionais conseguiam informações de bastidores.

“O governo decidiu que os jornalistas que circulam pelos corredores do Balcarce 50 há anos não poderão mais fazê-lo”, afirmou o repórter Fabian Waldman na rede social X, referindo-se ao endereço da Casa Rosada. As restrições impediam que os jornalistas vissem a chegada de autoridades para reuniões, segundo ele. “Em resumo, um pouco de obscurantismo. [Querem] ocultar o que o governo não quer que descubram, ao contrário dos governos anteriores, incluindo a própria ditadura militar.”

Além disso, a Associação de Entidades Jornalísticas da Argentina (Adepa) disse em suas redes que ao menos dois jornalistas continuam barrados. “O trabalho dos jornalistas na sede do Estado não é um privilégio da mídia, mas



Fernandezs Mariana/ Wikimedia Commons

Gestão de Javier Milei levou a Argentina a queda drástica no índice de Liberdade de Imprensa

um direito de seus leitores - e da cidadania como um todo? de ter acesso a informação pública, de compreender o funcionamento institucional e de ter garantida a liberdade de expressão”, afirmou a organização.

Os jornalistas foram recebidos com uma entrevista coletiva do chefe de gabinete Manuel Adorni. Segundo ele, as novas regras são parte de um “novo protocolo” para “fazer cumprir a norma, não censurar a liberdade de expressão”. Questionado sobre o bloqueio de dois jornalistas, afirmou que “todos os indivíduos credenciados e com a documentação em ordem não devem ter problemas para entrar”.

“Sob nenhum outro governo vocês tiveram tanta liberdade para dizer o quisessem, quando quisessem e onde quisessem. Por

isso surpreende algumas declarações que fizeram nos últimos dias classificando o fechamento temporário da sala de imprensa como uma suposta violação à liberdade de expressão”, disse, a despeito do fato de que em nenhum momento o governo deixou claro que a restrição era temporária.

Adorni também voltou a criticar a exibição das imagens internas da Casa Rosada como uma “grave violação da segurança”. “Pareceria normal que um jornalista se infiltrasse na Casa Branca, por exemplo, nos Estados Unidos, com óculos espíões e não houvesse nenhum tipo de consequência?”, afirmou.

O uso de óculos inteligentes na sede do Executivo americano já ocorreu, na verdade. Em janeiro deste ano, Jon Michael Raasch, repórter do jornal britânico Daily

Mail, fez gravações com o acessório em duas entrevistas coletivas da porta-voz do governo, Karoline Leavitt. Semanas depois, disse que um funcionário o informou que esse tipo de óculos é proibido no prédio.

Na Argentina, a Casa Militar, agência responsável pela segurança do presidente, apresentou uma queixa contra Nacho Salerno, o repórter que gravou as imagens com os óculos inteligentes, e Luciana Geuna, apresentadora do programa em que as imagens foram exibidas. Milei ainda compartilhou em rede social uma imagem manipulada mostrando a jornalista algemada e vestindo um uniforme de detenta.

“Ser corrupto, aceitar subornos e violar as leis de segurança não fica impune. Algum dia, os lixos imundos dos jornalistas (95%) terão que

entender que não estão acima da lei. Eles abusaram do sistema legal. Isso não fica impune”, afirmou na ocasião o presidente argentino.

Ao comentar o caso em seu programa, Geuna disse que a filmagem “não se tratava de uma gravação clandestina”, mas de um recurso “para contar a história política de uma forma mais visual, narrando-a a partir dos corredores comuns da Casa Rosada”.

“Para vocês terem uma ideia, cada uma das imagens que gravamos está em áreas que são repetidas milhares de vezes nas redes sociais, quando os alunos fazem visitas guiadas à Casa Rosada e, com seus celulares, gravam a visita. Elas também aparecem no Google Street View”, disse a apresentadora.

Uma semana após a decisão do governo Milei, a ONG Repórteres Sem Fronteiras mostrou que a Argentina caiu 11 posições em seu ranking anual de liberdade de imprensa, ficando em 98º lugar entre 180 países - o pior resultado desde 2002, quando a entidade começou a fazer a série.

Apesar das restrições, os jornalistas puderam perguntar a Adorni sobre as acusações de enriquecimento ilícito das quais ele é alvo e que têm contribuído para a queda de popularidade de Milei. Questionado sobre a nova revelação do jornal Clarín sobre mais uma viagem de luxo suspeita, o chefe de gabinete respondeu: “Não li.”

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)

Coreia do Sul avalia plano de Trump em Hormuz após explosão em navio

A Coreia do Sul avalia aderir ao plano do presidente dos EUA, Donald Trump, para facilitar a navegação no Estreito de Hormuz após a explosão em um navio operado por uma empresa sul-coreana.

Autoridades sul-coreanas dizem que analisam a sugestão de Trump de participar de um esforço para liberar a passagem de embarcações pela via. O governo confirmou por mensagem de texto à agência de notícias Reuters que está examinando a proposta, após o republicano atribuir o incidente de ontem a um ataque iraniano.

Ministério das Relações Exteriores da Coreia do Sul afirma que a causa do incêndio só será confirmada depois que o navio for rebocado para um porto. O cargueiro

HMM Namu, de bandeira do Panamá e operado pela sul-coreana HMM, estava vazio e ancorado quando houve a explosão e o fogo, que foi extinto logo em seguida.

Seul diz que não houve vítimas e que enviou funcionários ao Golfo para investigar o caso. A análise da causa do incêndio deve levar vários dias, enquanto o navio é levado para avaliação de danos e reparos.

Tripulação permaneceu a bordo durante o incidente, segundo a empresa. Um porta-voz da HMM afirmou que os 24 tripulantes ficaram no cargueiro de 35.000 toneladas.

Governo sul-coreano pediu que navios do país na região busquem locais mais seguros. O Ministério dos Oceanos e Pescas

afirmou que mantém contato próximo com empresas de navegação e com embarcações retidas na área.

Seul afirma que a segurança das rotas marítimas e a liberdade de navegação devem seguir o direito internacional. “Nesse contexto, estamos acompanhando a declaração do presidente Trump sobre o assunto”, afirmou Choi Soung-ah, secretária presidencial.

Coreia do Sul diz que há 26 embarcações com bandeira do país retidas no Estreito de Ormuz. O governo tem sido cauteloso em se envolver diretamente no conflito no Oriente Médio e afirma que qualquer envio de navios para garantir a passagem segura exigiria aprovação legislativa.

Trump anunciou no domingo

um plano para escoltar navios comerciais encalhados na região. Ele disse que a medida vale para embarcações de países que não participam da guerra no Oriente Médio e que começou a valer a partir da manhã de ontem.

O Comando Central dos EUA afirmou que a missão envolve 15.000 militares, destroyers com mísseis guiados, mais de 100 aeronaves e plataformas não tripuladas. “Se, de alguma forma, esse processo humanitário for interferido, essa interferência, infelizmente, terá que ser combatida com firmeza”, escreveu o republicano no Truth Social.

Comando militar iraniano, por sua vez, afirmou que a navegação segura deve ocorrer com coordena-

ção prévia com Teerã. O aviso também incluiu orientação a navios comerciais e petroleiros para não cruzarem o estreito sem comunicação prévia com forças iranianas.

Depois disso, o Irã também divulgou um mapa que descreve a área do Estreito de Hormuz que diz estar sob seu controle. Veiculado pela Irib News e atribuída à Marinha da Guarda Revolucionária do Irã, o material apresenta os limites, em direção ao oeste e ao leste, do trecho que Teerã afirma administrar na passagem marítima.

Até ontem, o Irã havia negado que navios tivessem passado sob escolta dos EUA. “Nenhum navio comercial ou petroleiro cruzou o Estreito de Hormuz nas últimas horas, e as alegações (...) das autoridades americanas são infundadas e completamente falsas”, declarou a Guarda em um comunicado em seu canal no Telegram.

CORREIO ESPORTIVO

Hedgard Moraes/MTC



Craque do Minas Tênis Clube, Wini está visado pela NCAA

Jovens do NBB chamam a atenção do basquete dos EUA

O NBB é um campeonato que conta com muitos jovens talentos, tendo inclusive um time só de jogadores sub-21 no Jogo das Estrelas. Esses novos atletas acabam chamando a atenção no Brasil e no mundo. Por isso, neste período final do torneio e pós-temporada do basquete universitário norte-americano, alguns prospectos brasileiros tem seus nomes ventilados no exterior. A NCAA, liga de esportes universitários, é o maior celeiro de talentos dos EUA e é de onde a maioria dos jogadores draftados joga antes de ir para as grandes ligas. O capitão do time de jovens no Jogo das Estrelas e craque do Minas Tênis Clube, Wini Silva, é um deles.

Wini Silva desperta interesse

Segundo informações de perfis especializados em basquete universitário, o ala/pivô interessa a pelo menos quatro universidades diferentes. A instituição mais recente a se interessar pelo jogador foi Kentucky e além deles, Georgetown, Texas e Ole Miss também estão ou já ficaram de olho no jogador. Wini tem 21 anos e joga no profissional desde a temporada 2023/24. Na atual edição, tem média de 10,2 pontos por jogo e 12,6 de eficiência.

Divulgação/ Pinheiros



Pedro Pastre, do Pinheiros, já integrou programa da NBA

Pinheiros se destaca nas promessas

Na temporada, Wini teve jogos de destaque, entre eles, a partida contra o Unifacisa, quando fez 26 pontos. Outro jovem do NBB que está chamando atenção dos norte-americanos é Pedro Pastre, de 19 anos. O curitibano está em sua segunda temporada no time adulto do Pinheiros e tem passagens pela seleção brasileira. Com 7,9 pontos de média no campeonato, o ala interessa a Georgetown, Miami, Florida Athletic e San Diego. No ano passado, o jogador foi o cestinha da final do Global Jam, torneio de seleções de base, com 16 pontos em cima dos EUA.

Armador na mira dos estrangeiros

O Pinheiros ainda tem outro jogador na mira das universidades norte-americanas. O armador Cauã Pacheco teve confirmado por seu agente o interesse das universidades de Marrimack, Troy e Washington. No último dia 24, ele fez 24 pontos contra o Rio Claro, em jogo válido pelos playoffs do NBB.

Por Nathan Raileanu (Folhpress)

Arthur Nuzman

O ministro Gilmar Mendes, do STF, trancou na segunda (4) a ação penal contra Carlos Arthur Nuzman, ex-presidente do COB (Comitê Olímpico do Brasil), que tratava do suposto pagamento de propina a membros do COI (Comitê Olímpico Internacional) para a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Ação trancada

A decisão estendeu ao dirigente os efeitos da determinação do magistrado em favor de Leonardo Gryner, ex-diretor de marketing do COB, também acusado no processo. O trancamento encerra a acusação contra Carlos Arthur Nuzman, que comandou o esporte olímpico nacional por 22 anos.

Sem comparação

Mendes entendeu que a equiparação dos dirigentes esportivos a funcionários públicos não se sustenta. Essa interpretação era uma das bases para que a acusação fosse mantida. O argumento da defesa de Nuzman era o de que a acusação refletia um caso de corrupção privada, crime não tipificado no país.

Gilmar Mendes

“A invocação genérica de relevância institucional, recebimento de verbas públicas ou sujeição a controle externo não basta, por si só, para converter um agente privado em servidor público para fins penais, conclusão que se mantém íntegra à luz das exigências constitucionais e legais que regem o direito penal”, escreveu o ministro.

Argumento do MPF

O Ministério Público Federal, por sua vez, argumentava que, com a escolha da cidade, o comitê organizador dos Jogos, presidido por Nuzman, obteve verbas públicas por meio de patrocínios de estatais e beneficiou membros da suposta quadrilha de Cabral em contratos do comitê organizador Rio-2016.

Equiparação

“A equiparação exige, em moldes inequívocos, que a entidade configure ‘empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública’, requisito que não se ajusta à natureza jurídica do COB”.

Por Italo Nogueira (Folhpress)



Gols do Vasco vieram de “bolas aéreas” na defesa rubro-negra

Cruzamentos viram um pesadelo para o Flamengo

Defesa de Leonardo Jardim vem sofrendo com bolas aéreas

Por Bruno Braz (Folhpress)

Os dois gols sofridos de cruzamento que fizeram o Flamengo deixar escapar a vitória sobre o Vasco e, consequentemente, a possibilidade de encurtar a distância para o líder Palmeiras, não foram casos isolados. Na era Leonardo Jardim, isso tem se tornado um tormento para a defesa.

A situação se agravou recentemente. Nos quatro últimos jogos, o Rubro-Negro sofreu quatro gols desta forma, sendo dois contra o Vasco, um diante do Estudantes e um contra o Vitória. Diante do Atlético-MG o Flamengo não foi vazado.

No total, quase metade dos gols sofridos pelo técnico português foram oriundos de cruzamentos. Dos 11 até aqui, cinco aconteceram assim, sendo dois de escanteio e três de bola rolando.

Contra o Vasco, foi um gol de escanteio da esquerda e outro de cruzamento da direita. Contra o Estudantes, o gol de empate veio de cruzamento da direita. No triunfo por 2 x 1 sobre o Vitória, o gol veio de cruzamento da esquerda, enquanto o passeio do Red Bull Bragantino, que venceu por 3 x 0, teve um gol de escanteio da direita.

Após o empate por 2 a 2, Renato Gaúcho, técnico do Vasco, deixou claro que a deficiência defensiva do Flamengo foi notada e trabalhada por sua comissão técnica nos dias que antecederam o

clássico. Segundo o comandante vascaíno, o gol de Robert Renan via escanteio foi treinado.

“O primeiro gol foi bastante treinado. Sabíamos que o Flamengo está tomando alguns gols naquele setor. Hoje, não batemos escanteio curto, botamos a bola na área justamente onde o Robert fez o gol. Sabíamos que podíamos tirar proveito e tiramos. E depois na bola aérea de novo com o Cuesta. Falo para eles, coloquem a bola na área que lá tudo acontece”, disse Renato Gaúcho, treinador cruzmaltino.

Pelo lado do Flamengo, o técnico Leonardo Jardim admitiu o problema e afirmou que o time facilitou esse tipo de jogada para o Vasco da Gama.

“Não esperamos que a bola entre na área, tentamos sempre evitar. Até facilitamos esse tipo de jogo de cruzamento, não reduzimos e não fomos agressivos nos corredores. O jogo tem várias fases. A primeira fase é: se tivermos a bola, a bola controlada, o adversário não vai jogar. Segunda fase: quando o jogador adversário tem esse tipo de lance, temos que eliminar na origem. A gente quer ganhar os duelos, mas eles têm jogadores fortes, a gente não joga contra anões. Muitas vezes jogadores menos dotados tecnicamente têm a valência da agressividade e dos duelos. Os duelos são a parte final da situação”, afirmou incontente o treinador rubro-negro.

Atacantes brilham antes da convocação para a Copa do Mundo

Nomes observados por Carlo Ancelotti vêm se destacando antes da lista final

Rafael Ribeiro/CBF

A menos de duas semanas para a convocação para a Copa do Mundo, os atacantes brasileiros seguem no radar de Carlo Ancelotti - uns para se assegurarem na lista da Seleção e outros para tentarem garantir uma vaga nos últimos instantes.

Dentre os nomes cotados, quase todos balançaram as redes nos últimos dias, e a reportagem levantou seus principais números desde o último amistoso do Brasil, disputado contra a Croácia, no dia 31 de março.

Mostrando serviço

No sábado, Igor Thiago e Luiz Henrique foram às redes. O primeiro marcou na vitória por 3 a 0 do Brentford contra o West Ham, enquanto o segundo fez um golaço na derrota do Zenit para o CSKA Moscou.

No domingo, cinco nomes marcaram: Pedro (contra o Vasco), Vini Jr (contra o Espanyol), Matheus Cunha (contra o Liverpool), Endrick (contra o Rennes) e Rayan (contra o Crystal Palace). O destaque ficou com o camisa 7 do Real Madrid, que anotou dois gols.

Por fim, João Pedro fez uma pintura na segunda-feira. Embora o Chelsea tenha perdido para o Nottingham Forest, o atacante marcou para os Blues com uma bicicleta.

Dos principais atacantes cotados para Copa, apenas Neymar e Gabriel Martinelli não marcaram, mas também não foram a campo. O camisa 10 do Santos foi poupado da partida contra o Palmeiras, enquanto o jogador do Arsenal não saiu do banco contra o Fulham.



Bons desempenhos dos atacantes poderiam causar dúvidas na lista final de Carlo Ancelotti

Pedro lidera artilharia

Embora nunca tenha sido convocado por Ancelotti, Pedro tem despontado como um nome forte na reta final da análise do treinador - o italiano esteve no Maracanã, no último domingo, para acompanhar Flamengo 2x2 Vasco, que teve gol do camisa 9 rubro-negro.

O atacante do Fla é o “artilheiro” entre os atacantes desde o último amistoso, com oito gols em 10 jogos. Ele também é o que precisa de menos tempo para marcar, com uma bola na rede a cada 76 minutos.

Abaixo de Pedro aparecem Vini Jr e Igor Thiago. O camisa 7 do Real, que está praticamente garantido na Copa, marcou

quatro vezes em 7 partidas. Já o centroavante do Brentford foi às redes três vezes em apenas 4 jogos e é o segundo que menos precisa de tempo para marcar - um gol a cada 120 minutos.

Martinelli é o único que não balançou as redes desde a última convocação. Em sete partidas, o atacante do Arsenal deu apenas uma assistência.

Matheus Cunha, João Pedro, Luiz Henrique, Rayan e Endrick marcaram duas vezes cada. Os três primeiros são constantemente chamados por Ancelotti e devem estar na Copa. Já entre os dois últimos, Endrick se destacou mais que Rayan, com duas assistências no período - o camisa 9 do Lyon também teve uma atua-

ção de destaque contra o Paris Saint-Germain recentemente.

Raphinha, Rodrygo e Estêvão não foram considerados. O primeiro se lesionou na última Data FIFA e ainda não voltou a campo, mas deve retornar para a Copa. Rodrygo, por sua vez, já sabe que estará fora do torneio após lesionar gravemente o joelho. O caso mais incerto é de Estêvão, que teve lesão de grau 4 na coxa e luta para se recuperar a tempo do Mundial.

E o Neymar?

O meia-atacante do Santos, que ainda não foi chamado por Ancelotti, busca convencer o treinador de que está bem fisicamente para ir à Copa. Para isso, das 10

partidas que o Peixe fez desde a última Data Fifa, Neymar participou de seis, sendo titular e jogando os 90 minutos em todas elas.

Só que o desempenho ainda não anima. Ele marcou apenas um gol e deu uma assistência em 540 minutos em campo. Além disso, alguns resultados geraram críticas em cima do camisa 10 e da equipe santista em geral, como os empates contra Deportivo Recoleta e Coritiba.

Números de atacantes cotados desde a Data FIFA

Pedro: 10 jogos, 8 gols, 1 assistência (76 minutos para marcar)

Vini Jr: 7 jogos, 4 gols, 1 assistência (141 minutos para marcar)

Igor Thiago: 4 jogos, 3 gols e nenhuma assistência (120 minutos para marcar)

Matheus Cunha: 3 jogos, 2 gols e nenhuma assistência (129 minutos para marcar)

João Pedro: 4 jogos, 2 gols e nenhuma assistência (161 minutos para marcar)

Luiz Henrique: 6 jogos, 2 gols e 1 assistência (231 minutos para marcar)

Endrick: 5 jogos, 2 gols e 2 assistências (179 minutos para marcar)

Rayan: 4 jogos, 2 gols e 1 assistência (150 minutos para marcar)

Neymar: 6 jogos, 1 gol e 1 assistência (540 minutos para marcar)

Martinelli: 7 jogos, nenhum gol e 1 assistência.

Por Caio Innocencio (Folhapress)

Felipão comenta sobre o momento da Seleção Brasileira, CR7 e Vini Jr.

Ex-técnico da seleção de Portugal, Felipão avalia que Cristiano Ronaldo não era como Messi ou Ronaldinho, mas buscou alternativas e “se fez craque”.

O brasileiro fez elogios a CR7, que em 2026 vai disputar a quinta Copa do Mundo, e apontou: “coração maravilhoso”.

“Cristiano nunca foi um craque como Messi ou Ronaldinho. Ele se fez craque, buscou alternativas. Messi, Ronaldinho, Rivaldo, Ronaldo, Maradona... Ele sabe onde a bola vai estar. Se a bola está lá, ele já sabe. Nem precisa olhar. O Cristiano não. Cristiano foi um jogador que foi atrás de situações para se fazer craque. E hoje, mais do que nunca, está

com 40, 41 e vai a mais uma Copa do Mundo por causa da sua essência, sua vontade e dedicação. É um coração maravilhoso”, disse Felipão, ao canal DSports.

Comandante do penta, em 2002, Felipão ainda não acredita que Neymar esteja totalmente descartado por Carlo Ancelotti para o Mundial deste ano.

“Não acho que seja uma etapa definida. Acho que o Ancelotti ainda está observando os jogos que o Neymar vem fazendo neste momento porque ainda temos uns 40 dias para a Copa, uma série de coisas... E também jogadores que se lesionaram, quais as vagas que se abriram. Acredito que o técnico da

nossa seleção vai estudar para ver se precisa desse jogador em determinada posição, o que pode fazer ou não, para que a equipe possa ser a que ele idealizou”, continuou.

Felipão também comentou sobre ter um treinador estrangeiro na Seleção Brasileira.

“Eu gosto. Também já fui treinador em seleções estrangeiras e me receberam muito bem, me trataram muito bem. E a qualidade que o Ancelotti possui é excelente. A nacionalidade não quer dizer nada em termos de futebol. Temos de ser excelentes naquilo que fazer, e ele é excelente naquilo que faz. É uma pessoa espetacular. Não vejo situação alguma em que os técnicos

brasileiros se sintam frustrados porque não são os técnicos da seleção. Já passamos em muitas seleções em outros países, fomos bem recebidos e trabalhamos bem”, disse.

Sobre o atual craque da Seleção, Vinicius Júnior, o treinador disse não vê-lo como a grande referência para o time.

“Não vejo como o principal para o Brasil. O principal para o Brasil é fazer como fez o técnico da Argentina, que colocou todo mundo em condições de entender que tinha um craque no time, o Messi. A bola chegando no Messi, vamos ter do Messi o melhor e vamos fazer o melhor para o Messi, e a Argentina foi campeã. O conjunto, o saber que te-

nho de trabalhar para que um possa ser o que vai fazer algo mais diferente, é mais importante que um jogador só. Esse jogador, sabedor das suas qualidades, tem de ajudar no momento em que é oportunizada a chance”, explicou.

Por fim, Felipão falou sobre o momento da Seleção antes da Copa.

“Vejo que o Brasil encara a Copa do Mundo como situação diferente do que já enfrentou, porque é um treinador de nacionalidade diferente, maneira de trabalhar que modificou algumas coisas na seleção, mas temos de uma seleção que, dependendo dos cruzamentos, é uma seleção de respeito também e pode dar trabalho na Copa”, concluiu.

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA



Ponte provisória construída pelo Exército, anos 1990

Memória de Saquarema é eternizada em fotocerâmica

O projeto Pedagogia do Barro inaugura, no dia 7 de maio, às 16h, uma mostra permanente na Casa da Pedra, em Saquarema. A iniciativa apresenta um painel de 2m² com 67 imagens em fotocerâmica, técnica que utiliza argila queimada a 1000°C para garantir a durabilidade das memórias no espaço público. Idealizado pela artista Julia Botafogo, finalista do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (Iphan 2025), o painel celebra os 185 anos da cidade. A exposição conta com acessibilidade via QR-Code, oferecendo audiodescrição e tradução em Libras. O acervo foi construído coletivamente através de uma chamada pública que reuniu mais de 400 registros históricos enviados por moradores e instituições locais.

Arte, território e ancestralidade

As peças artesanais retratam a pesca tradicional, o surfe e o cotidiano local, conectando acervos pessoais a narrativas institucionais. Julia Botafogo utiliza o barro como ferramenta de educação patrimonial, transformando fotografias em vestígios resistentes ao tempo. O projeto deixa como legado uma exposição virtual e um ateliê-móvel para expandir a ação para outros territórios. A inauguração integra o selo Arte Pública Cerâmica.



O Palácio das Laranjeiras foi construído entre 1909 e 1913

Reabertura do Palácio das Laranjeiras

O governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto, vai reabrir o Palácio das Laranjeiras para visitação pública, ampliando o acesso da população a um dos principais patrimônios históricos do estado. Neste primeiro momento, serão realizadas visitas piloto com estudantes da rede pública estadual e grupos de interesse, com o objetivo de estruturar um modelo permanente de visitação. A iniciativa segue a estratégia do Governo do Estado de abrir e ativar espaços públicos, a exemplo do MIS Copacabana.

Visita de estudantes e universitários

Os grupos de interesse serão selecionados pelo INEPAC, responsável pelo contato institucional com as universidades, enquanto a Secretaria de Educação ficará encarregada da articulação com as escolas. Inaugurado em 1913, já foi residência presidencial e hoje é sede oficial dos governadores. A reabertura é resultado da ação entre as secretarias de Casa Civil, Educação e Cultura.

A vida de Beatriz

Catarina Setubal lança a bioficção “Beatriz – Uma existência de mulher”, reconstruindo a trajetória da mãe a partir de 140 cartas da década de 50. A obra usa Inteligência Artificial para recriar a voz da socióloga, abordando amor, fé e liberdade. O lançamento do livro acontece em Niterói, no dia 8 de maio.

Gestão no INEA

O governador Ricardo Couto nomeou servidores de carreira para 12 cargos de liderança no Inea. A nova estrutura, focada em critério técnico, destaca a força feminina com oito mulheres entre as nomeadas. Entre as lideranças estão Alessandra Assunção na vice-presidência e Julia Kishida na Biodiversidade.

Deputado é preso

A PF prendeu o deputado Thiago Rangel (Avante) nesta terça (5) na 4ª fase da Operação Unha e Carne. A ação investiga fraudes em obras e compras da Secretaria de Educação do RJ, com foco em contratos direcionados no Noroeste Fluminense. A defesa do parlamentar nega a prática de qualquer ilícito.

Saúde

Técnicos de Saquarema participaram de curso sobre Vigilância de Arboviroses Zoonóticas no Centro de Primatologia. A capacitação do Ministério da Saúde focou no controle de doenças como febre amarela e Oropouche. O objetivo é fortalecer o monitoramento de epizootias e garantir a proteção da população local.

Brasil representado

Alunos do colégio Odete São Paio, de São Gonçalo, venceram o mundial de robótica First Lego League 2026, em Londres. A equipe We.Bot conquistou o 1º lugar em Design de Engenharia com um robô e projeto científico próprios. O grupo representou o Brasil e a América Latina após meses de treino.

Turismo ecológico

A Prefeitura de Niterói planeja transformar o antigo Hotel Panorama, abandonado há 50 anos no Morro da Viração, em um complexo de turismo ecológico. O projeto prevê 275 quartos e um possível teleférico ligando Charitas ao local. A proposta, em fase de licenciamento, gera debates sobre a proteção da vegetação nativa.



O registro das aulas práticas serão realizadas pelo instrutor

Detran-RJ autoriza instrutores autônomos

Profissão exige credenciamento e estará sujeita a fiscalização

Da Redação

O Detran RJ vai autorizar o exercício da atividade de instrutor autônomo de trânsito no Estado do Rio de Janeiro. A portaria nº 7058, que regulamenta a medida, foi publicada no Diário Oficial do Estado, nesta terça-feira (5). A nova regra se adequa à Resolução nº 1.020/2025 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que eliminou a exigência de aulas práticas em autoescolas e reduziu para duas horas/aula a carga obrigatória para obtenção da primeira carteira de habilitação (CNH). A portaria entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

A portaria estabelece que o credenciamento do profissional no Detran RJ é requisito indispensável para o exercício da atividade, condicionado ao cumprimento de todas as exigências previstas, entre elas: ter no mínimo 21 anos de idade; dois anos de habilitação; ter concluído o ensino médio; não ter cometido nenhuma infração de trânsito gravíssima nos últimos 60 dias; e não ter sofrido penalidade de cassação da CNH; ter certificado de conclusão do curso de instrutor; e ter certificado de curso de direção defensiva e de primeiros socorros.

Para requerer autorização de trabalho, o profissional precisa apresentar seu certificado de conclusão do curso de instrutor, a carteira de habilitação com a observação de exercício de atividade

remunerada (EAR), certidão negativa de antecedentes criminais e uma declaração de inexistência de penalidade de cancelamento de autorização ou de credenciamento de qualquer serviço no Detran RJ nos últimos cinco anos. O requerimento deverá ser apresentado ao Protocolo-Geral do Detran RJ ou em uma Ciretran.

A publicação da portaria é uma importante etapa cumprida pelo Detran RJ no processo de adequação à Resolução Contran nº 1.020/2025 do Contran. Devido à complexidade das alterações nos sistemas e à necessidade de garantir a segurança e operacionalidade dos serviços, o Detran dividiu as adequações em etapas, para melhor controle do impacto direto aos cidadãos e aos credenciados do Detran.

Os pedidos de autorização serão analisados pela Divisão de Aprendizagem do Detran RJ e, não havendo irregularidades na documentação, os Atos de Autorização serão publicados no Diário Oficial do Estado, com validade de um ano, podendo ser renovados a cada ano. Com o número da autorização, o instrutor poderá ser registrado nos sistemas informatizados do Detran RJ, recebendo login e senha para fazer o agendamento dos exames práticos dos alunos e os demais procedimentos necessários à atividade. As aulas ministradas por profissionais autônomos só serão válidas a partir do prazo de vigência da portaria.

CORREIO CARIOCA

Divulgação/Polícia Civil



Polícia Civil realiza operação no complexo da Maré

Polícia realiza nova etapa da Operação Torniquete na Maré

A Polícia Civil realiza nesta terça-feira (05) mais uma etapa da Operação Torniquete, ofensiva voltada ao combate de criminosos ligados ao Comando Vermelho, envolvidos em roubos de veículos, cargas e na comercialização de materiais ilícitos. A ação acontece na comunidade da Nova Holanda, no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio. Equipes da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA-Capital), com apoio de outras delegacias e da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), cumprem mandados de busca e apreensão. As investigações apontam que os criminosos utilizavam documentos falsos, empresas de fachada e plataformas digitais para atuar no comércio ilegal de armas de fogo, munições e acessórios.

Resultados e impactos da operação

A ação desta terça integra a segunda fase da Operação Torniquete, iniciada em 2024, que tem como foco o combate aos crimes de roubo e furto. Segundo a polícia, essas práticas financiam as atividades de facções, alimentam disputas territoriais e sustentam integrantes, presos ou em liberdade. Desde o início da operação, mais de 900 prisões foram realizadas e cargas e veículos roubados avaliados em mais de R\$ 52 milhões foram recuperados.

Divulgação/SMI



Programa ultrapassa R\$ 1,1 bilhão em investimentos

200 km de ruas urbanizadas no Rio

O Bairro Maravilha, programa de urbanização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, já transformou mais de 70 localidades nas zonas Norte e Oeste da cidade. Os investimentos na iniciativa ultrapassam R\$ 1,1 bilhão e já resultaram em quase 200 quilômetros de vias urbanizadas, o equivalente à distância entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora (MG). As intervenções incluem requalificação de ruas, estradas e avenidas, com execução de drenagem, pavimentação, saneamento básico e construção de calçadas, promovendo melhorias no espaço urbano.

Intervenções do programa

A maior concentração de obras está na Zona Oeste, que recebeu mais de 60 intervenções pelo programa. Foram mais de R\$ 480 milhões aplicados em requalificação de ruas, estradas e avenidas em bairros como Bangu, Santa Cruz e Sepetiba, entre outros bairros da região. No Caminho do Tutóia, em Cosmos, uma das vias mais recentes a receber intervenção, ampliando a mobilidade e a circulação local.

POR CLARA SANTA ROSA

Luto por Graça Mello

O produtor e diretor musical Guto Graça Mello morreu nesta terça-feira (05), no Rio de Janeiro, aos 78 anos. Um dos grandes nomes da produção musical brasileira, Graça Mello estava internado havia mais de um mês, após sofrer uma queda. A causa da morte, segundo familiares, foi uma parada cardiorrespiratória.

Dia das Mães

Neste Dia das Mães, o Shopping Metropolitano Barra convida o público a celebrar o cuidado em todas as suas formas. Entre os dias 30 de abril e 10 de maio, a cada R\$ 500 em compras nas lojas participantes, os clientes ganham um presente Natura, composto por um body splash e um creme nutritivo para o corpo.

Roubo de veículo

O ex-diretor de futebol do Flamengo e ex-vereador Marcos Braz foi assaltado na tarde desta segunda-feira (4) em São Cristóvão. Ele estava no carro de seu primo quando os dois foram abordados por homens armados em frente à estação de São Cristóvão. Os criminosos levaram o veículo, um Mercedes A300.

Projeto Social

Um projeto social que oferece aulas gratuitas de tênis para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, na Lagoa, foi alvo de criminosos nesta segunda (05). A quadra onde acontecem as atividades foi invadida durante a madrugada, e equipamentos usados nas aulas foram levados. Os criminosos furtaram raquetes, bolas e até os postes das redes.

Infestação em Irajá

Moradores de Irajá, na Zona Norte, denunciam uma infestação de aranhas que tem invadido apartamentos e áreas comuns de um condomínio na região. Segundo relatos, os animais aparecem com frequência, principalmente em dias de calor intenso ou após chuvas, e têm causado medo entre famílias.

Mar atinge quiosque

Funcionários e frequentadores de um quiosque no mirante do Leblon foram surpreendidos pelo efeito da ressaca que atinge o litoral do Rio, na tarde desta segunda (04). Uma onda bateu nas pedras e subiu até o quiosque, derrubando guarda-sóis e molhando clientes e funcionários, causando pânico.



Força Municipal já soma 392 prisões em 2 mil abordagens

Guarda Armada soma 392 prisões em 50 dias

Agentes começam a atuar em Botafogo e Flamengo

Por Clara Santa Rosa

A Prefeitura do Rio apresentou, nesta terça-feira (05), durante reunião do CompStat Rio, o balanço de atuação da Divisão de Elite da GM-Rio - Força Municipal dos 50 dias das ações de policiamento ostensivo e preventivo. Desde o dia 15 de março, foram realizadas 392 prisões por roubos, furtos, receptação, entre outros delitos. Os agentes também apreenderam e recuperaram 71 aparelhos de telefone celular e 46 motocicletas.

“Com planejamento e gestão, na área de segurança, a Divisão de Elite da GM-Rio - Força Municipal realizou 392 prisões, nos primeiros 50 dias, sem efetuar um disparo. Isso nos orgulha. Nós estamos atuando em regiões da cidade onde tem maior concentração de roubos e furtos e chegamos a um resultado expressivo,” disse o prefeito Eduardo Cavaliere

A atuação da Força Municipal vem sendo ampliada de forma gradual para outras áreas com alta incidência desses crimes, com base na análise das manchas criminais.

“Já foram feitas mais de 2 mil abordagens preventivas com quase 400 prisões e conduções de suspeitos e criminosos para a delegacia de polícia. Prioritariamente, abordados e presos por crimes como furto, roubo, receptação e adulteração de placa de

veículo. Diversas motocicletas e aparelhos de celular foram recuperados. A Força Municipal atua com muita prevenção, fazendo abordagens, com agentes monitorados por câmera corporal, por GPS, justamente para entregar mais segurança para a população” afirmou o secretário especial de Segurança Urbana, Brenno Carnevale.

Também foram apresentados os dados do primeiro mês de atuação no perímetro que abrange a Avenida Presidente Vargas, o Campo de Santana, a Central do Brasil e a Cinelândia, no Centro do Rio. A região, que concentra grande fluxo de pessoas e alto índice de roubos e furtos, passou a contar com policiamento dos agentes a partir de 29 de março.

Ao longo destes 30 dias, as ações de policiamento no perímetro resultaram em 117 prisões, na apreensão de três réplicas de arma de fogo e na recuperação de 31 celulares.

Ao todo, foram mapeados 22 perímetros com alta incidência de roubos e furtos em toda a cidade. Com atuação já consolidada em cinco dessas áreas, as equipes iniciam, no próximo domingo, dia 10 de maio, uma nova etapa de expansão, com a inclusão de três novos perímetros em Botafogo, na Zona Sul.

A ampliação contempla o entorno do Metrô Botafogo, o eixo da Praia de Botafogo e o acesso ao bairro do Flamengo.

Câmara aprova lei que limita os comissionados em secretarias

Projeto vai para o prefeito Eduardo Cavaliere, que deve sancionar o texto

A Câmara Municipal do Rio aprovou o Projeto de Lei, proposto pelo prefeito Eduardo Cavaliere, que estabelece limite de 5% para a ocupação de cargos comissionados por profissionais que não pertencem aos quadros efetivos do município. O texto também tem autoria dos vereadores Carlo Caiado (PSD), presidente da Câmara, e Marcio Ribeiro (PSD), líder do governo, além de comissões. A proposta foi aprovada em sessão extraordinária realizada nesta terça-feira (05) e será encaminhada, agora, para sanção do prefeito.

“Essa medida legal reforça o nosso compromisso com a responsabilidade fiscal, boa gestão e valorização dos servidores efetivos, que são a ampla maioria do serviço público municipal, inclusive nas funções de chefia e confiança. Nunca é demais reforçar que a responsabilidade com as contas públicas e boa gestão fazem a diferença na vida das pessoas”, afirmou o prefeito Eduardo Cavaliere.

A iniciativa se inspira em medidas adotadas no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que vêm priorizando a reorganização e a racionalização da máquina pública diante de desafios fiscais significativos. A medida busca reforçar princípios de responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e valorização dos servidores concursados



Renan Olaz/CMRJ

Poder Executivo terá 30 dias para se adequar à lei

e consolida, em lei, uma prática de gestão que prioriza o fortalecimento do quadro efetivo. Desde 2021, o percentual de cargos comissionados ocupados por não concursados foi reduzido para 3,6% do total de servidores ativos.

“A Câmara está fazendo a sua parte ao avançar com um projeto que organiza a máquina pública, valoriza o servidor de carreira e estabelece limites claros. É uma medida de respeito com o contribuinte e de cuidado com o futuro da cidade”, afirmou Carlo Caiado.

A proposta prevê que o Poder Executivo terá 30 dias, a contar da publicação da lei, para se adequar ao limite estabelecido, podendo ainda regulamentar a norma.

Nova Praça Onze

Os parlamentares também aprovaram, em 1ª votação, o Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, que propõe a criação da Área de Especial Interesse Urbanístico Praça Onze Maravilha e prevê intervenções urbanas de grande porte, como a demolição do Elevado 31 de Mar-

ço.

“Um projeto como esse, que envolve requalificação urbana e de moradia, é muito importante para uma região que infelizmente não recebeu, ao longo do tempo, uma atenção adequada do Poder Público. Estamos falando de uma região que tem o pior Índice de Progresso Social da cidade. Nossa ideia é que, após a audiência desta quarta, possamos melhorar o projeto com emendas importantes”, disse o vereador Pedro Duarte (PSD), presidente do colegiado.

Estima-se que o investimento necessário seja de cerca de R\$ 1,75 bilhão, viabilizado por meio de parceria público-privada, sem uso direto de recursos públicos. Também estão previstos instrumentos como benefícios fiscais, celebração de acordos com entidades públicas e organismos de fomento, alienação de imóveis municipais, concessões e a criação de um fundo de investimento imobiliário para captação de recursos privados.

Para a vereadora Tainá de Paula (PT), é essencial definir quem serão os futuros moradores da região e quais mecanismos a proposta prevê para evitar processos de exclusão.

“O Praça Onze Maravilha versa sobre parâmetros construtivos e novas unidades habitacionais. A nossa primeira avaliação é que precisamos garantir que a habitação de interesse social, que o lugar dos mais pobres, seja um lugar de referência à memória da Praça Onze. Em um outro momento, se faz necessário a gente refletir sobre o gabarito e o padrão dos prédios novos que essa região vai receber.”

A proposta traz um conjunto de intervenções, um regramento urbanístico específico e um modelo de gestão financeira para viabilizar a ampla requalificação da região da Marquês de Sapucaí e da Pequena África, no Centro, com obras previstas até 2032.

Rio: a galáxia muito, muito distante é aqui

Divulgação

Por Pedro Sobreiro

No dia 4 de maio, fãs de ‘Star Wars’ do mundo inteiro se reúnem para celebrar a franquia espacial mais amada do planeta. A data é conhecida como o Dia Mundial de ‘Star Wars’ por conta do trocadilho com o slogan oficial da franquia, que é “Que a Força Esteja Com Você”. Em inglês, a frase é “May The Force Be With You”, que soa similar a pronúncia da data (May Fourth).

De qualquer forma, desde que a franquia foi comprada pela Disney, o evento, que já era importante antes, passou a ganhar ares de superprodução, com direito a apresentações de filmes, sessões especiais e anúncios de novidades relacionadas a esse universo tão fascinante.

Neste ano, por conta do lançamento do novo filme da saga - ‘Star Wars: O Mandaloriano e Grogu’ -, que estreia no próximo dia 21, a Disney trouxe a celebração para o Brasil com um evento lindíssimo.

Realizado no UCI New York City Center, na Barra da Tijuca, o

evento reuniu fãs de todas as idades para uma noite de diversão e celebração, cujo ápice foi a exibição de aproximadamente 25 minutos do novo filme.

Na sala IMAX do cinema, o que há de mais moderno em projeção no país, os fãs puderam conferir uma sequência do Mandaloriano e o bebê Grogu caçando agentes imperiais escondidos em um épico ataque a uma frota de AT-AT’s, os famosos robôs quadrúpedes gigantes da saga, eternizados pela participação em ‘Star Wars: O Império Contra-Ataca’ (1980). Misturando efeitos práticos com um CGI impecável, a cena conseguiu recriar a magia oitentista com toda a tecnologia que os dias atuais podem oferecer. Foi uma sequência de ação de tirar o fôlego!

Mas antes de subirem à sala IMAX, os fãs tiveram um coquetel especial, com salgados e mini-hambúrgueres, e bebidas gratuitas, além de uma ativação que atraiu todos os presentes: uma máquina de garra para pegar presentes.

Dentre os brindes disponíveis estavam canecas de porcelana, pelúcias do Grogu e até mesmo um edredom temático do filme. Todos itens que integram a coleção especial do longa, que estarão disponíveis para compra nas próximas semanas.

Mas quem roubou atenção mesmo foram os cosplay. Fãs da saga retiraram suas fantasias dos armários e promoveram um verdadeiro show. De lordes Sith a Jedi’s, ícones da saga ganharam vida no saguão do UCI. O mais diferente foi um fã que misturou o Mandaloriano ao icônico traje do piloto Ayrton Senna nos tempos de McLaren, fazendo dele uma presença única.

Em tempos de tanto cinismo e sarcasmo sendo disseminados por aí, ver os fãs se permitindo expressar seu amor pela saga sem preocupações com julgamentos foi algo muito bonito. Foi um grande acerto da Disney, que escolheu o Rio como representante brasileiro deste evento de nível mundial, valorizando a parceria histórica da Casa do Mickey com a Cidade Maravilhosa.



Fãs compareceram ao cinema trajados como os personagens

PETROPOLITANAS

João Valério/Governo Estado SP



Nota de 2023 do município foi menor que a média nacional

Dia Mundial da Língua Portuguesa e Petrópolis

Nesta terça-feira (05), foi celebrado o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Apesar da relevância global do idioma, o ensino de português ainda apresenta desafios no Brasil e também em Petrópolis. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referente a 2023, o município registrou nota 5,7, em uma escala de 0 a 10, abaixo da média nacional, que foi de 6,0. O levantamento também apontou que a média padronizada no ensino fundamental chegou a 5,98. A língua portuguesa é uma das mais difundidas do mundo, com mais de 265 milhões de falantes em todos os continentes. Além disso, é a língua mais falada no hemisfério sul.

Outros desafios

De acordo com o Censo Escolar 2025, em todo o país, são 1.559.656 alunos classificados com educação especial. Desses, na educação básica, são 984.196 estudantes, na educação infantil são 447.750 e no ensino fundamental, incluindo anos iniciais e finais, são 520.783. Em Petrópolis são ao todo, 5982 alunos especiais, incluindo educação básica e o ensino regular, até o ensino fundamental. Na educação básica, são 3.076 alunos cadastrados, sendo 2.137 na rede pública.

Arquivo/TV Correio da Manhã



A lei dispensa pagamentos de taxa de serviço

Isenção de taxas

A Prefeitura sancionou uma lei que isenta de qualquer taxa municipal os familiares e responsáveis por sepultados na área 9 do Cemitério Municipal, no Centro. A área sofreu um desmoronamento em março de 2024, que danificou gavetas sepulcrais. A medida vai facilitar os procedimentos que deverão ser realizados por quem foi convocado para definir a destinação dos restos mortais de 100 sepultados no local. A lei 9.251/2026 dispensa de pagamentos de taxas serviços necessários para exumação, identificação, entre outros serviços.

Prazo de 180 dias

Todos esses procedimentos serão conduzidos pela Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública (SSSOP), por meio Departamento de Cemitérios. A isenção de taxas já está em vigor e é válida por 180 dias. Parte dos restos mortais puderam ser removidas do local com segurança, em função do risco de novos deslizamentos. A isenção de taxas já está em vigor e é válida por 180 dias.

Medalhas

O Agita Petrópolis inscreveu 43 atletas para a disputa do Campeonato Carioca de Karatê, em Magé. Os alunos com idade de seis a 71 anos, conquistaram 29 medalhas (16 ouros, oito pratas e cinco bronzes), ficando no 2º lugar no quadro geral. A competição aconteceu no Ginásio Poliesportivo de Frágoso.

A competição

A competição contou com mais de 600 atletas em duas modalidades: kata e no kumite. A segunda etapa está prevista para acontecer no segundo semestre deste ano. "A conquista dessas 29 medalhas no Campeonato Carioca é o reflexo direto no investimento no potencial dos nossos talentos locais", disse o prefeito.

Posse

O advogado criminalista Dr. Ronaldo Magalhães tomou posse como presidente do Instituto Nacional de Combate à Violência Familiar (INCVF) de Petrópolis/RJ, em cerimônia realizada nesta segunda-feira (4), na sede da OAB Petrópolis. O evento reuniu advogados, autoridades locais, representantes da sociedade civil.

Proposta

Segundo Ronaldo, a proposta de sua gestão é ampliar o diálogo entre instituições, promover campanhas educativas e oferecer suporte jurídico e social às vítimas. "Nosso compromisso é atuar de forma firme e humanizada, garantindo que as vítimas tenham acesso à justiça e ao acolhimento necessário", afirmou.

Balanço

O 26º BPM divulgou os resultados operacionais de abril de 2026, com 138 pessoas presas e apreensões expressivas de drogas em Petrópolis. Ao todo, foram registradas 167 ocorrências ao longo do mês. Entre os destaques, estão a apreensão de 36 quilos de cocaína, 69 quilos de maconha e 6 quilos de crack no período.

Balanço II

No enfrentamento aos crimes relacionados a veículos, a corporação apreendeu 16 motocicletas e três automóveis, além de remover 93 veículos. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), Petrópolis não registrou homicídios, roubos de veículos ou roubos de carga durante o mês de abril.



Empresa terá 30 dias para apresentar o documento

Enel terá que apresentar novo Plano de Contingência

Juiz entendeu que plano não atende às condições do município

Por Leandra Lima

A concessionária Enel terá que apresentar, em juízo, um novo Plano de Contingência que considere os aspectos físicos do território de Petrópolis, diante das constantes ineficiências nas ações de resposta a emergências de queda de energia.

A determinação é da Justiça, que fixou o prazo de 30 dias para a apresentação do documento. O juiz Jorge Luiz Martins, da 4ª Vara Cível de Petrópolis, entendeu que o plano atual não atende às condições do município em caso de eventos extremos.

"Petrópolis possui peculiaridades que desafiam os manuais. Como falar em mobilidade se, ao primeiro sinal de tempestade, os rios da cidade já estão transbordando, inviabilizando qualquer deslocamento? É neste ponto que a estratégia da Enel revela sua fragilidade e generalidade ao englobar Petrópolis no Polo Serano", diz trecho da decisão.

Em caso de descumprimento ou da apresentação de um plano genérico, será aplicada multa de R\$ 50 mil.

Capacidade

O juiz ainda destacou que a localização do núcleo de mobilização prejudica a efetivação dos serviços em diversos bairros da cidade que precisam de socorro. "A temporalidade do restabelecimento do serviço, regida também pela ANEEL40, torna-se uma meta inalcançável se a concessionária sequer consegue chegar ao local da ocorrência", expressou.

Em relação aos eventos climáticos, o juízo expressa novamente a incapacidade de a empresa atender os casos emergenciais. "Não há como fazer cumprir o regramento se a equipe sequer consegue chegar ao local da ocorrência. Não se pode esperar que as águas baixem para que a logística comece a funcionar; a contingência real exige que a concessionária já habite o território antes que ele se torne inacessível", trecho da decisão.

Casos na cidade

A cidade enfrenta constantes quedas de energia. Um dos casos emblemáticos, registrado em outubro de 2025, envolveu a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DP-RJ). Na ocasião, moradores da localidade Bela Vista, em Petrópolis, ficaram sem energia elétrica por mais de 48 horas.

Nesse período, moradores relataram que um funcionário da empresa teria se recusado a acessar a área afetada, sob o argumento de que o caminhão não teria condições de transitar pela via. Porém, os mesmos registraram o trânsito de outros carros e caminhões na área sem grandes dificuldades, reforçando que o acesso é possível.

Sobre a situação, a DPRJ reforçou que o fornecimento de energia elétrica é direito fundamental relacionado à dignidade humana e pediu que a Enel regularize as pendências no local.

Sobre a decisão para a criação de um novo plano de contingência, Enel informou que não comenta decisões judiciais.

CORREIO SERRANO



Lei precisa de regulamentação do Executivo

Fechamento aos domingos na Avenida Lúcio Meira em Terê

A Prefeitura de Teresópolis sancionou a lei que autoriza o fechamento parcial de um trecho da Avenida Lúcio Meira aos domingos, com o objetivo de incentivar a prática de atividades esportivas pela população. A medida depende de regulamentação do Poder Executivo para começar a ser aplicada. De acordo com o texto sancionado, o fechamento poderá ocorrer em meia pista, nos dois sentidos da via, no trecho entre o número 450 (próximo à Pastelaria Brasileira) e o nº 1.460 (antiga Casa de Saúde). A proposta prevê que o espaço seja utilizado exclusivamente por pedestres, corredores, ciclistas e praticantes de esportes, sejam eles individuais ou em grupo.

Restrições

A lei também estabelece restrições. Durante o período de interdição, não será permitida a realização de atividades de entretenimento, comércio ou eventos que não tenham relação com a prática esportiva. Também caberá à prefeitura estabelecer critérios técnicos, como rotas alternativas para o trânsito. Antes da implementação definitiva, o município poderá realizar um programa-piloto com duração de até 90 dias. O objetivo é avaliar a viabilidade técnica da iniciativa.



Criação do grupo foi publicada em D.O

Comissão em Três Rios

O prefeito de Três Rios sancionou o Decreto nº 7.605, de 27 de abril de 2026, que institui a Comissão Permanente de Licenciamento de Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos (COLIPA). O novo órgão passa a atuar dentro da Secretaria de Obras, Infraestrutura e Habitação, com foco na análise técnica de projetos e no aprimoramento das normas urbanísticas do município. A COLIPA terá caráter técnico-consultivo e será responsável por analisar projetos considerados de alta complexidade, especialmente aqueles que envolvem dúvidas na aplicação das leis ou situações específicas.

Atribuições

Entre as principais atribuições, está a emissão de pareceres sobre projetos que apresentem lacunas ou ambiguidades nas normas atuais, além da avaliação de medidas compensatórias previstas em lei. No campo social, o grupo também atuará em processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), conforme a Lei Federal nº 13.465/2017, e na fiscalização da assistência técnica gratuita aos projetos de habitação.

Asfalto

Aproveitando o início do período de estiagem, a Prefeitura de Teresópolis intensificou o programa de recuperação dos pavimentos das vias públicas, com as equipes das secretarias municipais de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Obras e Serviços Públicos, a fim de melhorar a mobilidade rural.

Cronograma

Pelo cronograma da Secretaria de Agricultura, até sábado, 9, as ações de recuperação asfáltica serão intensificadas nos bairros de Andradas, Santana, Santa Rita e Três Córregos, no 2º Distrito, e de Bonsucesso, Imbiú, Mottas, Prata dos Aredes, Santa Rosa, Vargem Grande, Vale Alpino e Vieira, no 3º Distrito.

Ação

Entre os dias 1º e 03 de maio, uma ação integrada entre a Guarda Municipal, o Detran e a Polícia Militar reforçou a fiscalização nas ruas de Três Rios durante o feriado prolongado. Ao todo, foram realizadas seis operações, somando 12 horas de atuação. De acordo com o relatório, 417 veículos foram abordados.

Infrações

Entre as principais infrações identificadas, destacam-se 15 casos de escapamentos irregulares e 22 ocorrências envolvendo placas em desacordo com a legislação. Além disso, 20 condutores foram flagrados dirigindo sem habilitação. Também foram registrados cinco casos de motoristas com categoria de CNH incompatível com o veículo.

Encaminhamento

As operações também resultaram em 86 encaminhamentos ao posto de vistoria, além de 25 deliberações administrativas e um caso de alcoolemia. Uma das ocorrências de destaque aconteceu no dia 1º de maio, entre 14h30 e 16h30, quando um veículo foi flagrado circulando com placa adulterada.

Audiência

A Prefeitura de Cachoeiras de Macacu realizará, no dia 26 de maio, uma audiência pública para apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2026. O encontro está marcado para as 14h, no plenário da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.



Deputado esteve em vistoria no último fim de semana

BR-495 é liberada para veículos pesados

Afundamento registrado em fevereiro impactou estrutura

Por Leandra Lima

Veículos pesados voltaram a circular na BR-495, estrada que liga Teresópolis a Petrópolis, após um colapso no quilômetro 22, que interditou a via por mais de 40 dias, desde fevereiro deste ano. Nesse período, o Ministério Público Federal (MPF) estabeleceu que os únicos aptos a passar pelo desvio emergencial, criado para amenizar os impactos, eram os veículos leves, como carros de passeio.

Segundo o MPF, a decisão foi tomada após o registro de um novo episódio de dano à rodovia. No dia 20 de março, um caminhão desrespeitou a sinalização e avançou pelo desvio, provocando o abatimento do solo e interrompendo novamente o tráfego no local.

A interdição inicial ocorreu após um acidente causado por uma falha no sistema de captação de água subterrânea no quilômetro 22. Segundo informações do deputado federal Hugo Leal (PSD), que acompanha as obras de restauração da rodovia, a queda de um muro de contenção desestabilizou o solo abaixo do pavimento.

Obras

O MPF cobrou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que chegou a informar, em abril, a formalização do contrato emergencial para as obras de recuperação, prevendo que elas comessem no próprio mês.

Na mesma ocasião, o Ministério Público também ressaltou que o DNIT se comprometeu a analisar outro trecho da rodovia, no quilômetro 18,5, que também sofre com problemas de infraestrutura, como falhas na drenagem.

Com o início das obras, o deputado foi ao local para fiscalizar e afirmou que o problema de captação de água, que originou a cratera, já foi solucionado.

“A circulação de veículos, que foi restabelecida no local, representa uma mudança significativa em relação ao período crítico, quando caminhões que tentaram cruzar o trecho chegaram a afundar no desvio improvisado, agravando ainda mais a interdição. As equipes do DNIT seguem trabalhando no reforço dos tirantes de contenção, e a concretagem está prevista para a próxima semana”, comentou.

Na rodovia também passam ônibus intermunicipais, que tiveram as rotas modificadas nesse período, tendo que passar pela Serra do Rio, o que ocasionou maior tempo de viagem.

Em relação a essa estimativa, a reportagem questionou o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ), responsável pela regulamentação das linhas intermunicipais, sobre a previsão de regularização das linhas. Até o fechamento desta edição, não houve retorno.

CORREIO DO VALE

POR REDAÇÃO

Maurício Bazílio/ SES



Unidade passa por crise com falta de pagamentos

Hospital Regional é pauta na Secretaria Estadual de Saúde

Para cobrar providências urgentes sobre a saúde pública no Sul Fluminense, o deputado estadual Jari Oliveira (PSB) se reuniu com o novo secretário estadual de Saúde, doutor Ronaldo Damião, e com a subsecretária Geral de Saúde, Raquel Rivello, nesta terça-feira (05). Entre os principais temas do encontro estiveram a crise no Hospital Regional Zilda Arns, em Volta Redonda, e o atraso nos repasses estaduais para tratamentos de alta complexidade, como os oncológicos. Durante a reunião, Jari relatou ao novo secretário a grave situação na unidade, que vem acumulando denúncias de atrasos salariais, falta de pagamento de verbas rescisórias a profissionais desligados pela Organização Social IDEAS e dificuldades operacionais.

Atrasos em dietas e refeições

O parlamentar destacou ainda o episódio registrado na segunda (04), quando o fornecimento de gás de cozinha do hospital foi interrompido por falta de pagamento, provocando atraso no fornecimento das dietas prescritas aos pacientes e prejudicando também a alimentação dos funcionários. “Nosso objetivo no encontro foi relatar a situação absurda que está ocorrendo. Não podemos permitir que a população seja prejudicada”, comentou.

Divulgação/Jari Oliveira



Deputado também cobrou repasses de outros hospitais

Celeridade em encontro de contas

Jari também cobrou celeridade no encontro de contas entre a Secretaria Estadual de Saúde e a OS IDEAS, para que os profissionais que atuaram na entidade possam receber, o quanto antes, suas verbas rescisórias. Além da situação do Hospital Regional, Jari também cobrou uma solução para o atraso nos repasses do Governo do Estado destinados a procedimentos de média e alta complexidade realizados por hospitais e unidades de referência da região, como o H.FOA, em Volta Redonda, e a OncoBarra, em Barra Mansa, referências no tratamento oncológico.

Setores complexos prejudicados

Segundo o deputado, a demora nos repasses do chamado extrateto pode comprometer diretamente a continuidade dos atendimentos e colocar em risco o acesso da população a tratamentos essenciais. “Não podemos permitir que problemas administrativos ou atrasos financeiros coloquem em risco tratamentos oncológicos e outros procedimentos de alta complexidade”, afirmou.

Bueiro inteligente

Bairro que costuma ser atingido por inundações nos períodos de chuva, o Mirante das Agulhas, em Resende, pode passar a contar com uma tecnologia para evitar o entupimento da rede pluvial. Trata-se do bueiro inteligente, cuja implantação foi proposta pelo vereador James do Churrasquinho (Agir).

Como funciona

Tecnologia sustentável, o bueiro inteligente consiste em cestos coletores que podem ser equipados com sensores de nível e filtram o lixo antes que ele chegue à rede pluvial. De acordo com o parlamentar, em vez de reagir após a enchente, a Prefeitura tem mais condições de agir antes que o bloqueio aconteça.

Modernização

Segundo ele, a proposta tem o intuito de modernizar o sistema de drenagem urbana do bairro, minimizando o risco de entupimentos e facilitando a limpeza urbana. “É uma solução eficiente, sustentável e de baixo custo para os problemas recorrentes de drenagem enfrentados pelo Mirante das Agulhas”, disse.

Redução de gastos

Além de prevenir alagamentos, o vereador destacou que a implantação do bueiro inteligente reduz gastos com limpeza urbana, melhora a qualidade de vida da população e dá mais segurança ao bairro. O sistema vem sendo utilizado com sucesso em cidades como Juiz de Fora (MG), Santo André (SP) e Porto Velho (RO).

Alerta

Em sessão legislativa na última quinta-feira (30) na Câmara de Angra dos Reis, o vereador Charles Neves também alertou sobre as consequências orçamentárias que a cidade pode enfrentar caso a redistribuição dos royalties de petróleo sejam aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Impactos

Ao usar a tribuna, ele afirmou que a lei, em sua opinião, comete um ‘crime’ ao tentar distribuir os ganhos para outras cidades que não sofrem impacto com o petróleo. “Se houver um vazamento de petróleo aqui, isso impacta diretamente no nosso turismo e na nossa produção pesqueira”, pontuou.

Divulgação



Empresário aponta risco de impacto direto nas finanças locais

Análise do STF acende alerta no Sul Fluminense

Supremo analisa partilha dos royalties do petróleo hoje (06)

Da Redação

mercial e a geração de empregos”, observa.

Em acompanhamento do julgamento no Supremo Tribunal Federal, previsto para esta quarta-feira (6), o empreendedor e presidente do PSD de Barra Mansa, Leo Santos, alertou moradores para os impactos econômicos nos cofres municipais. Segundo ele, uma eventual mudança nas regras de distribuição dos royalties do petróleo tende a atingir diretamente a capacidade de investimento das cidades fluminenses.

A Corte deve analisar a validade de uma lei aprovada pelo Congresso que altera a divisão da compensação financeira paga pela exploração de petróleo. A proposta reduz a fatia destinada a estados e municípios produtores e amplia os repasses para regiões não produtoras. O Rio de Janeiro, responsável pela maior parte da produção nacional, pode sofrer perdas significativas — estimadas em cerca de R\$ 9 bilhões por ano.

Para Leo Santos, embora o debate tenha alcance nacional, os reflexos mais imediatos serão sentidos nos municípios. Ele ressalta que, mesmo cidades que não são diretamente produtoras, como as do Sul Fluminense, dependem da dinâmica econômica impulsionada por esses recursos. “A redução dessa receita impacta desde obras públicas até a atividade co-

Arrecadação bilionária

Em 2025, o estado arrecadou R\$ 24,8 bilhões em royalties, valor que representa aproximadamente um quarto de sua receita total. Nos municípios produtores, a possível redução preocupa pela dependência direta desses recursos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Leo Santos pondera que qualquer alteração na partilha precisa considerar os efeitos em cadeia sobre a economia regional. Para ele, uma transição equilibrada é fundamental para evitar desorganização financeira nos municípios. “Não é apenas uma discussão sobre divisão de recursos, mas sobre estabilidade econômica e manutenção de serviços essenciais”, afirma.

O julgamento, que retoma uma disputa iniciada há mais de uma década e suspensa por decisão da ministra Cármen Lúcia, é acompanhado com expectativa por gestores públicos e lideranças políticas. Na época, o Congresso Nacional aprovou uma lei que altera a distribuição das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais em seus territórios ou no mar. Se a lei - que foi criada em 2012 - entrar em vigor, o percentual de estados e municípios produtores cairá de 61% para 26%.

Banco venceu licitação sem concorrência após lance inicial

A Prefeitura de Volta Redonda definiu, nesta terça-feira (5), a continuidade do Itaú Unibanco como responsável pela administração da folha de pagamento dos servidores municipais. A decisão foi tomada após licitação realizada no gabinete do prefeito Antonio Francisco Neto, no Palácio 17 de Julho. A instituição financeira apresentou lance de R\$ 39,21 milhões e não teve concorrência após a oferta inicial.

Também participaram do processo o Banco Santander, a Caixa Econômica Federal e o Banco Bradesco, que optaram por não cobrir o valor proposto. O Itaú já era o responsável pelo serviço desde agosto de 2021, quando venceu a licitação anterior.

De acordo com a administração municipal, o repasse da folha de pagamento representa uma fonte relevante de receita para os cofres públicos. O valor arrecadado com o contrato pode ser utilizado para garantir o equilíbrio financeiro, incluindo o pagamento em dia dos salários e do 13º dos servidores. A gestão municipal também considera que esse tipo de contrato fortalece a relação entre a instituição financeira e o funcionalismo, com oferta de serviços bancários e facilidades de atendimento.

“O Itaú tem feito um excelente trabalho desde que venceu a licitação anterior, e tenho certeza de que nossos funcionários continuarão a receber um serviço de qualidade. E todo o processo foi feito de forma transparente, demonstrando que nossa administração trabalha tendo em vista o bem de nossa cidade”, afirmou o prefeito Neto.

O secretário municipal de Administração, Cláudio Franco, destacou que a escolha vai além do valor financeiro apresentado. Segundo ele, fatores como a estrutura oferecida, a qualidade dos serviços e o prazo contratual também são considerados para definir a proposta mais vantajosa para o município.

“O Itaú, desde o início, ofereceu uma ótima estrutura física e de serviços para nosso funcionalismo, e o interesse da instituição em seguir responsável pela folha de pagamento mostra que é um acordo em que todos saem ganhando. Temos confiança de que a preocupação em oferecer o melhor serviço para o servidor continuará sendo o objetivo principal dessa parceria”, disse.

Licitação da folha termina sem disputa após lance inicial do Itaú; município vê no contrato uma forma de ampliar receitas e garantir compromissos



Volta Redonda renova folha com Itaú por R\$ 39,2 milhões

Divulgação



No Palácio 17 de Julho, em Volta Redonda, o próximo ano marca a criação de novas secretarias

Arrecadação cresce com decisões judiciais

O montante obtido na licitação se soma a outras iniciativas adotadas pela prefeitura para ampliar a arrecadação municipal. Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Fazenda, divulgado em abril, o município

projeta mais de R\$ 860 milhões em receitas extraordinárias, provenientes de ações judiciais, revisão de repasses e recuperação de créditos.

Entre os valores estimados estão recursos oriundos de decisões judiciais, como a que permite ao município reter e arrecadar

impostos sobre pagamentos realizados pela própria prefeitura, com impacto previsto entre R\$ 20 milhões e R\$ 40 milhões, com base em entendimento do Supremo Tribunal Federal. Também entram na conta a revisão de ressarcimentos de planos de saúde ao Sistema Único de Saúde, com

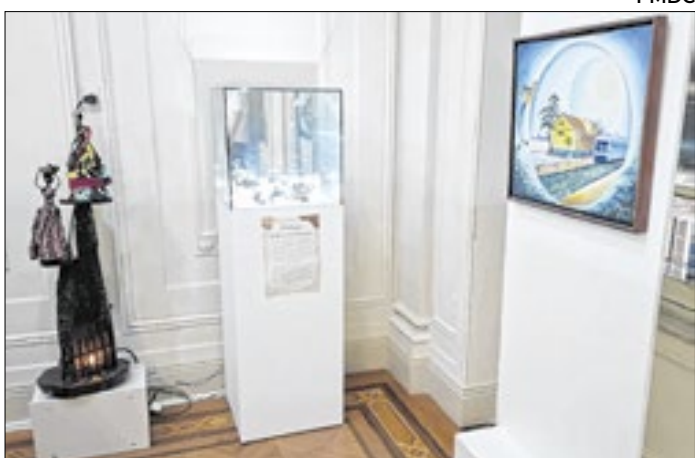
média de R\$ 2 milhões por mês.

Os royalties do petróleo também devem contribuir para o caixa municipal, com previsão de cerca de R\$ 8 milhões mensais após decisão judicial favorável ao município, que alterou critérios de distribuição desses recursos. Volta Redonda foi incluída ainda pela Agência Nacional de Mineração entre as cidades aptas a receber compensações por atividades minerárias, o que deve render cerca de R\$ 3 milhões por ano.

Há ainda revisões fiscais e atualização de índices que influenciam a participação do município na arrecadação estadual, além de acordos estruturantes com empresas e ações voltadas à recuperação de créditos tributários. Segundo o prefeito, a estratégia tem sido baseada na busca por novas receitas aliada ao controle de gastos e à revisão de contratos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e assegurar a continuidade dos investimentos públicos.

CORREIO DA BAIXADA

POR PEDRO SILVESTRE



Exposição está à mostra na sede da Alerj, no centro do Rio

Museu Vivo do São Bento tem exposição na Alerj

O Museu Vivo do São Bento (MVSb), aparelho cultural da Secretaria de Cultura e Turismo de Duque de Caxias (SMCT/DC), está rompendo fronteiras. Parte do acervo do primeiro Ecomuseu de Percurso da Baixada Fluminense está disponível para visita no Palácio Tiradentes, no Centro do Rio de Janeiro, na exposição “Baixada Fluminense: A Arte no Palácio”. Entre as peças, está um quadro de Ozias Antônio de Araújo, que integra a exposição permanente do museu, além de materiais arqueológicos das escavações dos Sambaquis do São Bento e do Mangue do Rio Iguaçu. Acervo da exposição “Onde estão as bonecas pretas que não aparecem nos nossos sonhos”, coleção do grupo de artesãs do São Bento, também pode ser visitado no palácio.

Campanha “Baixada no Centro”

A exposição faz parte da campanha “Baixada no Centro”, que fomenta a ocupação de obras e de apresentações de artistas da Baixada Fluminense em equipamentos culturais do Centro do Rio. O projeto é organizado pelo produtor cultural Diego Lacerda.

“Baixada Fluminense: A Arte no Palácio” segue aberta à visita até 27 de maio, no Palácio Tiradentes, que fica na Rua Primeiro de Março, s/nº, Praça XV, no Centro do Rio.



Museu Vivo do São Bento está transcendendo fronteiras

Novas oportunidade para os artistas

“A expectativa é que os artistas que estão expondo no Palácio Tiradentes, sede histórica da Alerj Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, possam ter novas oportunidades de mostrar aquilo que sabem fazer com tanto carinho e amor. É também uma oportunidade para quem circula no Centro do Rio e não conhece a ‘real’ Baixada Fluminense, aquela além da violência e da falta de infraestrutura. A Baixada é rica em cultura, em turismo, em meio ambiente e em patrimônio histórico-cultural”, defende o produtor Diego Lacerda.

Valorização da memória da Baixada

“O Museu Vivo do São Bento, enquanto complexo que luta pela valorização da história e da memória da Baixada, não poderia estar de fora deste projeto, já que é uma voz que, ao longo de sua trajetória, luta pela leitura do patrimônio do Brasil e do mundo a partir desse lugar”, acrescenta Deise Guilhermina, historiadora do MVSb, que esteve presente na inauguração da exposição.

Correções de obras

Na segunda (4), a Prefeitura de Japeri solicitou e acompanhou uma vistoria técnica nas obras de drenagem e pavimentação do bairro Delamare, após identificar diversas falhas estruturais. As intervenções, realizadas pelo Governo do Estado, por meio das empresas Omega e União Norte, foram concluídas em 2024.

Notificação

Pouco tempo depois, moradores e a própria Prefeitura passaram a notar problemas em vários trechos das vias. Após a vistoria, a Prefeitura notificou o Estado e solicitou a correção imediata dos serviços. A inspeção contou com fiscais estaduais, representantes das empresas e o secretário municipal de Obras, Cristiano Pingin.

Vistoria

Entre os principais problemas identificados pela vistoria da prefeitura estão o desgaste precoce do asfalto, afundamentos, falhas na drenagem e danos em calçadas. As irregularidades foram constatadas principalmente na Rua Jandáia, que será a primeira das ruas a receber os reparos imediatos do Estado.

Novas obras

As vias Iguaba e Avenida Delamare também foram danificadas e receberão melhorias. Segundo o titular da pasta da Secretaria de Obras, Cristiano Pingin, a intervenção é fruto da parceria entre município e Estado, que contemplou 22 ruas. “Como foram identificadas falhas, notificamos o Estado. A empresa responsável irá refazer os trechos danificados”.

Preso por tráfico I

Policiais civis da 64ª DP prenderam em flagrante um homem pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. A ação aconteceu na comunidade da Perereca, em São João de Meriti. Durante diligências de rotina na região, agentes flagraram um homem em situação típica de venda de drogas.

Preso por tráfico II

Ao perceber a aproximação da equipe, ele tentou fugir, mas foi alcançado e capturado. Os policiais apreenderam um rádio comunicador sintonizado na frequência do tráfico local, um saco contendo drogas, R\$ 171 e um simulacro de pistola. Ao ser questionado, ele confessou que atuava como “vapor” e segurança do ponto de venda.



Alunos arrecadaram mais de 1.750 litros de óleo de cozinha

Programa “Óleo Premiado” em São João de Meriti

Programa mobiliza mais de 15 mil alunos no município

A Prefeitura de São João de Meriti realizou mais uma etapa de premiação do programa “Óleo Premiado”, iniciativa de educação ambiental que vem mobilizando estudantes da rede municipal. Ao longo do projeto, mais de 15 mil alunos já participaram das ações, que já somam mais de 1.750 litros de óleo de cozinha arrecadados, reforçando práticas sustentáveis e o cuidado com o meio ambiente.

Nesta nova fase, três alunos que mais se destacaram na arrecadação foram premiados. O primeiro lugar ficou com Marielly Victoria Rodrigues, de 9 anos, aluna do 5º ano da Escola Municipal José Bonifácio, que arrecadou quase 60 litros de óleo e ganhou uma bicicleta. Em segundo lugar, Maria Fernanda de Abreu, da Escola Municipal Deputado Lucas de Andrade Figueira, também foi reconhecida pelo desempenho. Já o terceiro lugar ficou com Miguel Angelo Souza, da Escola Municipal José Bonifácio.

Entre as unidades participantes, a Escola Municipal José Bonifácio se destacou com o maior volume arrecadado nesta etapa, somando cerca de 150 litros de óleo coletados.

Educação ambiental que transforma

A secretária municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Eneila de Lucas, ressaltou o papel pedagógico do projeto.

“É uma iniciativa que ultrapassa os muros da escola. Os alunos

aprendem na prática sobre sustentabilidade e levam esse conhecimento para dentro de casa, se tornando agentes de transformação em suas comunidades”, frisou Eneila, destacando ainda o simbolismo da premiação no Dia da Educação.

O subsecretário municipal de Ambiente e Mudanças do Clima, Rafael Esteves, um dos idealizadores do programa, enfatizou o crescimento da iniciativa.

“O ‘Óleo Premiado’ mostra como a educação ambiental gera resultados práticos. Quando os alunos se envolvem, eles levam esse conhecimento para dentro de casa e ajudam a transformar a consciência de toda a família”, afirmou Rafael.

A mãe da vencedora, Regiele Rodrigues, ao lado da filha Marielly, comemorou a conquista e o envolvimento da família na campanha.

“A gente se uniu para arrecadar o óleo, contando com a ajuda de familiares, amigos e vizinhos. Foi uma experiência muito especial ver o esforço dela sendo reconhecido”, relatou Regiele. “Amei participar e ganhar essa bicicleta, que era um sonho. Aprendi tudo sobre como descartar o óleo e o lixo corretamente”, acrescentou Marielly.

A cerimônia também contou com a presença do representante da UniÓleo, Célio Rangel, e das diretoras da unidade escolar vencedora, Nádia Monteiro e Martha Sampaio, que prestigiaram a iniciativa de educação ambiental no município.

Prefeitura de Campos avança na ajuda ao produtor rural

Cadastro Nacional passa a ser emitido pela Secretaria de Agricultura

A Prefeitura de Campos dos Goytacazes alcançou um marco importante no atendimento ao produtor rural com a emissão gratuita do primeiro Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) diretamente pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura Rural. O documento foi emitido em 30 de abril, na Casa do Produtor Rural, representando um avanço no acesso dos agricultores às políticas públicas.

A partir dessa conquista, os produtores do município passam a contar com mais agilidade e autonomia para obter o CAF, documento essencial que reconhece oficialmente o agricultor como integrante da agricultura familiar e permite o acesso a programas de comercialização, crédito e incentivo à produção. O documento é emitido pela secretaria municipal por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

A primeira emissão foi realizada para a produtora rural Valdileia da Silva Almeida, assentada no Assentamento Cícero Guedes, que também deu entrada na inscrição estadual durante o atendimento. Ela destacou o acolhimento recebido e a importância do serviço.

“Eu sou assentada do Cícero Guedes e vim aqui hoje tirar o CAF. Já consegui e estou muito satisfeita com o serviço. Fui muito bem atendida, muito bem recebida e acolhida por todos. Não sabia que poderia participar de programas e



Medida facilita a regularização e amplia oportunidades para agricultores familiares

agora, sei que tenho essa oportunidade. Vou ficar de olho em tudo”, contou a agricultora.

Produtora de abóbora, aipim e banana, Valdileia passa agora a ter acesso a programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que permitem a comercialização da produção diretamente com o poder público.

De acordo com Bárbara de Oliveira, da Casa do Produtor Rural, o CAF é um documento fundamental para garantir o reconhecimento do agricultor familiar. “O CAF é como se fosse o CPF do agricultor familiar. É ele que comprova que

o produtor atende aos critérios da agricultura familiar e permite o acesso a programas como o PNAE e o PAA. Sem esse documento, o produtor pode perder oportunidades importantes de comercialização e acesso a crédito”, explicou.

Além do CAF, a inscrição estadual também é necessária para que o produtor esteja completamente regularizado e apto a participar dessas políticas. A orientação da Secretaria é que os agricultores mantenham sempre seus documentos atualizados. O secretário municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura Rural, Almy Junior, reforçou a importância da regularização dos documentos.

“A gente sempre reforça que o produtor não pode deixar o CAF vencer. Muitas vezes surge uma oportunidade de financiamento ou de venda da produção e, sem o documento regular, ele acaba não conseguindo acessar. Nosso trabalho aqui é justamente facilitar esse processo e garantir que o agricultor esteja preparado para aproveitar essas oportunidades”, destacou.

Com a emissão do CAF diretamente no município, a Secretaria de Agricultura reforça seu papel no apoio ao produtor rural, oferecendo atendimento gratuito, orientação técnica e mais acesso às políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento do campo.

Casimiro de Abreu aquece mercado de trabalho

A Prefeitura de Casimiro de Abreu recebe na próxima quarta-feira (06), a Carreta do Trabalhador, uma iniciativa voltada para ampliar o acesso da população a serviços essenciais e oportunidades no mercado de trabalho.

A ação será realizada na Praça Feliciano Sodré, das 9h às 13h, com distribuição de senhas até às 11h ou enquanto houver disponibilidade de atendimento.

Durante o evento, serão oferecidos diversos serviços gratuitos, como intermediação de vagas de emprego, orientações sobre a Carteira de Trabalho Digital, entrada no seguro-desemprego, isenção de certidões, identificação civil e informações sobre o programa Jovem Aprendiz.

A iniciativa tem como objetivo facilitar o acesso da população a serviços importantes, reunindo, em um único espaço, atendimentos que contribuem para a inserção e reinserção no mercado de trabalho.

A orientação é que os interessados cheguem com antecedência para garantir atendimento.

Vagas de emprego

A Prefeitura de Casimiro de Abreu, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, está com 145 vagas de emprego disponíveis no Banco de Empregos. As oportunidades são destinadas a moradores de Casimiro de Abreu e Barra de São João, contemplando diferentes áreas e níveis de escolaridade.

A iniciativa reforça o compromisso do município em promover a geração de emprego e renda, aproximando trabalhadores das oportunidades do mercado. É necessário levar currículo atualizado no momento do atendimento.

A Secretaria reforça que as vagas podem ser preenchidas ao longo dos atendimentos, por isso é importante que os candidatos compareçam o quanto antes.

Essa pode ser a oportunidade para voltar ao mercado de trabalho ou conquistar um novo caminho profissional.

Os interessados devem procurar o Banco de Empregos, que funciona: na Secretaria de Trabalho e Renda e na Subprefeitura, em Barra de São João

Macaé intensifica ações educativas de trânsito pelo Meia Amarelo

Durante todo o mês de maio, a Prefeitura de Macaé, por meio da Secretaria de Mobilidade Urbana, realiza uma série de ações em alusão ao movimento Maio Amarelo, campanha internacional de conscientização para a redução de sinistros de trânsito. A programação é reforçada com atividades direcionadas às crianças e à população em geral.

Nesta segunda-feira (4), a Coordenadoria de Educação para o Trânsito realizou panfletagem no Centro, na Praça Veríssimo de Melo, abordando condutores e pedestres com material educativo, ressaltando a necessidade do respeito à segurança viária e às leis de trânsito. O secretário de Mobilidade Urbana, Jayme Muniz, também participou da ação. Foram distribuídos 120 kits edu-



Campanha auxilia motoristas a terem educação no trânsito

cativos.

As ações são desenvolvidas ao longo do mês por meio de panfletagens educativas em pontos estratégicos do município, atividades em unidades de ensino com a Escolinha/Circuito de Trânsito, pa-

lestra no Forte Marechal Hermes, além da veiculação de mensagens em painéis luminosos com foco na conscientização dos condutores. A campanha também conta com reforço nas redes sociais da Secretaria de Mobilidade Urbana.

Na rede social, a mobilização teve início no dia 1º de maio, com a publicação de um vídeo voltado à importância do uso do capacete por motociclistas, destacando a segurança como prioridade no trânsito.

Com o tema “No trânsito, enxergar o outro é salvar vidas”, a 13ª edição do Movimento Maio Amarelo ocorre em um cenário de atenção, considerando os índices ainda elevados de sinistros, especialmente envolvendo motociclistas. Esse público representa uma parcela crescente da frota e, ao mesmo tempo, está entre os mais vulneráveis nas vias. A campanha de 2026 reforça a necessidade de um olhar mais atento e empático entre todos os atores do trânsito — motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres.

Divulgação

JORNAL DE TURISMO

Tomaz Silva/Agência Brasil



País pode bater novo recorde no turismo internacional

Brasil mira 10 milhões de turistas estrangeiros em 2026

O Brasil avança em 2026 com uma meta implícita clara - consolidar o salto do turismo internacional. Após o recorde histórico de 9,2 milhões de turistas estrangeiros em 2025, o estudo Dadosfera, da Embratur, projeta alta de 9,5%, indicando um novo patamar acima de 10 milhões de visitantes. Mais do que aumento de volume e fluxo, a estimativa sinaliza maturidade do setor, com crescimento sustentado e maior previsibilidade. O avanço é puxado pela conectividade aérea e pelos investimentos em promoção da imagem do país como destino turístico no exterior. Após anos estagnado em cerca de 6 milhões, o turismo internacional, enfim, avança de forma mais alinhada ao potencial brasileiro para a atividade.

Foco na receita do turismo

Se o Brasil avança em volume, o desafio passa a ser capturar melhor a receita. No primeiro trimestre, turistas estrangeiros deixaram cerca de R\$ 16 bilhões no país, alta de 12%. O gasto médio diário gira em torno de US\$ 414, indicando espaço para ampliar a geração de divisas, já que o país tem vantagens competitivas. Transformar esse movimento em receita consistente, porém, ainda depende de como o destino evolui em oferta e serviços.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Turismo amplia vagas e reforça impacto na economia

Emprego em alta no turismo

O avanço do turismo também reflete no mercado de trabalho. Em 12 meses, o setor criou cerca de 86 mil empregos formais, ultrapassando a marca de 2,4 milhões de trabalhadores, segundo o Ministério do Turismo. O levantamento reforça o peso da atividade como vetor econômico e indica que a retomada vai além do aumento no fluxo de visitantes. Com forte presença no setor de serviços, a atividade turística tem capacidade de absorção rápida de mão de obra e amplia sua relevância no ciclo de crescimento de um país e contribui para a sociedade.

Trabalho no radar do setor

A alta de novos postos de trabalho expõe um ponto central: gerar mais vagas é parte da equação, torná-las mais estáveis é o próximo passo. Em um segmento de operação contínua, propostas como o fim da escala 6x1 já entram no radar de entidades, que veem possível impacto sobre custos e organização. A questão será equilibrar crescimento, qualidade do emprego e a lógica do setor.

POR
SÉRGIO NERY

Turismo de Eventos

O impacto dos grandes eventos se traduz em números. Com o show de Shakira no Rio, a Latam registrou ocupação acima de 80% e transportou 20 mil passageiros. O dado mostra a força do segmento, capaz de mobilizar aviação, hotelaria e serviços, ampliando o efeito econômico para além do destino.

Conselho Nacional

Em menos de um mês, o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, volta a convocar o trade para a 68ª reunião do Conselho Nacional de Turismo (CNT), no dia 8 de maio, em Fortaleza, durante o Salão do Turismo. O novo encontro reforça a agenda ativa do colegiado e a retomada do diálogo direto com o setor.

Brasília educa

O projeto Turismo Mais Brasília, da Setur-DF e Instituto Evolui, já levou roteiros culturais a mais de 13 mil estudantes da rede pública, com visitas a museus. A iniciativa reforça o turismo como ferramenta de educação, aproximando jovens da cidade e ajudando a formar futuros promotores do destino.

Força dos Negócios

O Turismo de Negócios segue puxando o desempenho do setor. Em março, o faturamento alcançou R\$ 1,47 bilhão, alta de 31% na comparação anual, com avanço também no trimestre. O resultado expressivo destaca o peso do segmento, especialmente em grandes centros, e sua capacidade de sustentar a atividade fora da alta temporada.

Luxe em pauta

ILTM Latin America 2026 vai até dia 7 de maio em São Paulo e reúne 1,5 mil profissionais do turismo de alto padrão. Esta edição cresceu 20% e reforça o Brasil como hub regional do segmento. Com foco em negócios e experiências, o evento evidencia a força e a sofisticação da demanda latino-americana.

Luxe paulista

O Governo de São Paulo aproveita a vitrine global para posicionar seus destinos de luxo. A estratégia inclui roteiros como litoral norte, Serra da Mantiqueira e interior gastronômico, com foco em experiências exclusivas e infraestrutura qualificada. Com a ação, o estado marca presença no turismo de luxo.



Pela primeira vez o evento do MTur acontece no Nordeste

Salão do Turismo desembarca no Nordeste

Evento chega a Fortaleza com foco em negócios e promoção

Da Redação

O Salão do Turismo chega à sua 10ª edição com uma mudança simbólica e estratégica - pela primeira vez, o maior evento do setor no país será realizado na região Nordeste. A edição de 2026 acontece entre os dias 7 e 9 de maio, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza, reunindo representantes de toda a cadeia produtiva do turismo brasileiro.

Organizado pelo Ministério do Turismo, o encontro tem como principal objetivo promover destinos nacionais, estimular a geração de negócios e fortalecer a articulação entre o poder público e a iniciativa privada. A entrada é gratuita e a expectativa é de grande participação de profissionais do setor, estudantes e público interessado em conhecer a diversidade turística do país.

A programação inclui mais de 20 palestras, além de workshops e oficinas voltadas à qualificação, inovação e desenvolvimento de políticas públicas. Entre os temas previstos estão turismo de experiência, tecnologia aplicada ao setor, turismo náutico e estratégias de adaptação às mudanças climáticas.

O evento também contará com rodadas de negócios, espaços de capacitação e iniciativas voltadas ao acesso ao crédito, como o programa "Brasil Mais Crédito para o Turismo", que busca incentivar investimentos

e ampliar a competitividade do setor. Estados e municípios terão estandes para apresentar roteiros, produtos e experiências, ampliando a visibilidade de destinos emergentes e consolidados.

Segundo o Ministério do Turismo, o Salão funciona como uma vitrine nacional, reunindo em um só espaço os principais atrativos turísticos do Brasil, além de fomentar parcerias e oportunidades comerciais. A edição no Nordeste reforça o posicionamento da região como um dos principais polos turísticos do país e amplia sua visibilidade junto ao mercado e aos consumidores.

Criado em 2003, o Salão do Turismo passou por diferentes fases e retomou sua realização em 2023 após um período de interrupção. Desde então, o evento vem sendo reposicionado como um ambiente estratégico de integração do setor, com foco em desenvolvimento sustentável, inovação e geração de empregos.

A expectativa é que a edição deste ano fortaleça a retomada do turismo brasileiro e contribua para ampliar o fluxo de visitantes, além de consolidar o país como um destino competitivo no cenário internacional. A realização fora do eixo tradicional também é vista como um passo relevante para descentralizar investimentos e promover maior equilíbrio regional no desenvolvimento do turismo no Brasil.